

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA SOBRINHO

Transparência nas entidades do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a evidenciação das informações contábeis e sociais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Estado Paraíba a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs Público

SOUSA – PB
2011



Biblioteca Setorial do CDSA. Janeiro de 2023.

Sumé - PB

FRANCISCO JOSE DE SOUSA SOBRINHO

TÍTULO

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande como exigência parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Lúcia Silva Albuquerque

**SOUSA – PB
2011**

FRANCISCO JOSE DE SOUSA SOBRINHO

TÍTULO

Esta monografia foi apresentada em _____ de _____ de 2010, para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de graduação da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc.– Lúcia Silva Albuquerque- Orientadora

Prof. – Examinador 1

Prof. – Examinador 2

SOUSA – PB, Dezembro de 2011.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **Transparência nas entidades do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a evidenciação das informações contábeis e sociais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Estado Paraíba a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs Público** estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa/PB, ____ de _____ de 2011.

Francisco José de Sousa Sobrinho

AGRADECIMENTOS

A Deus que nos dá o dom da vida.

Aos meus queridos pais José Francisco Filho e Francisca Maria de Sousa pelo incentivo e força que sempre me deram principalmente nas horas mais difíceis.

Aos meus irmãos pela ajuda que me deram cada um ao seu modo.

A professora Lúcia pelas horas dedicadas a esse trabalho.

Aos amigos e colegas que me ajudaram direta ou indiretamente durante o decorrer do curso.

Aos funcionários da UFCG que atuam na Unidade Acadêmica de Contábeis pela atenção e respeito que sempre mostraram.

Aos professores pelos ensinamentos e lições de vida que repassaram.

**“Você nunca sabe a força que tem, até que a sua única
alternativa é ser forte” .
(Johnny Depp)**

RESUMO

Quando se fala em terceiro setor é preciso que se entenda o porquê de tal conceito. O primeiro setor é composto pelo Estado que é o principal atendente das necessidades básicas da sociedade. O segundo setor é composto por entidades privadas que visam o lucro. Assim o terceiro setor surgiu em função de lacunas deixadas por dois esses setores. Normalmente elas agem na esfera privada, mas com uma finalidade pública. Nesse sentido podem ser apontadas como pertencentes ao terceiro setor as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público regidas pela Lei 9.790/99 que contem vários aspectos a serem seguidos por tais entidades. Um dos aspectos a ser seguidos por tais entidades é a fixação de Termo de Parceria com os agentes governamentais. A referida lei ainda trata da transparência que essas entidades devem ter no que se refere principalmente à evidenciação dos recursos públicos adquiridos. Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar como estão sendo evidenciados as informações contábeis e sociais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Estado Paraíba a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - **CNEs Público**. Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental. A coleta de dados foi realizada através do sítio do Ministério da Justiça no CNE – Público que disponibiliza ao público três questionários: um que trata sobre a inserção social praticada pelas OSCIPs sendo esse dividido em duas partes: planejamento das atividades e avaliação dos serviços prestados, e o questionário que investiga a parte legal da entidade se ela cumpre o que diz a lei. A pesquisa teve um universo de 31 OSCIP, contudo, só foi possível analisar 7 entidades que foram as únicas que divulgaram suas informações no ano de 2010. A pesquisa mostrou que as ações dessas entidades atingem áreas distintas e contribuem com diversos grupos da sociedade. Considerando que uma das premissas do terceiro setor é a promoção do voluntariado no que diz respeito aos recursos humanos presentes nas OSCIPs o número de voluntários eventuais é maior que o número de voluntários permanentes. Em se tratando da área de atuação das entidades a maioria tem sua participação no âmbito municipal. As principais fontes de recursos das entidades são constituídas por doações e parcerias com empresas privadas, doações de membros, doações eventuais, e recursos de origem própria provenientes da prestação de serviços. Percebeu-se que a maioria não possui nenhum termo de parceria com os agentes governamentais, deixando de fazer uso de um diferencial no terceiro setor, que é o termo de parceria. Em relação à evidenciação dos demonstrativos contábeis, a pesquisa apontou que as entidades pesquisadas divulgam o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do superávit ou déficit do exercício. Portanto, através deste estudo, pode-se sinalizar a falta de utilização efetiva da Contabilidade enquanto instrumento essencial de evidenciação e prestação de contas aos usuários das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, embora essas organizações sejam obrigadas elaborar e dar publicidade de suas informações contábeis.

Palavras-chaves: Terceiro Setor. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

ABSTRACT

When it comes to the third sector is necessary to understand why such a concept. The first sector consists of the State is the chief clerk of the basic needs of society. The second sector consists of private entities that seek to profit. So the third sector was triggered by gaps left by these two sectors. Usually they act in private, but with a public purpose. In this sense can be identified as belonging to the nonprofit Civil Society Organizations of Public Interest governed by Law 9.790/99 which contains various aspects to be followed by such entities. One of the aspects to be followed by such entities is the establishment of a Partnership with government agents. The law also deals with the transparency that these entities should have with regard mainly to the disclosure of public resources acquired. The research aimed to analyze how they are being shown the financial information and social aspects of Civil Society Organizations of Public Interest - OSCIP Paraíba State from the National Register of Public Interest Entities - Public CNEs. With regard to the methodological procedures, the survey characterized as bibliographic and documentary. Data collection was conducted through the website of the Ministry of Justice at the CNE - Public available to the public that three questionnaires: one that deals with social integration being practiced by this OSCIPs divided into two parts: planning activities and evaluation of services provided, and a questionnaire investigating the legal part of the entity if it accomplishes what the law says. The study was a universe of 31 OSCIP, however, was only possible to analyze seven entities were the only disclose your information in the year 2010. Research has shown that the actions of these entities reach different areas and contribute to various groups of society. Considering that one of the premises of the third sector is the promotion of volunteerism with regard to human resources OSCIPs present in any number of volunteers is greater than the number of permanent volunteers. Concerning the area of operation of the entities most have their participation at the municipal level. The main sources of resource entities consist of donations and partnerships with private donations from members, donations possible, and own source resources from the provision of services. It was noticed that the majority has no term partnership with government officials, failing to make use of a differential in the third sector, which is the term partnership. Regarding the disclosure of financial statements, the survey indicated that the entities surveyed disclose the balance sheet, income statement and statement of the year the surplus or deficit for the year. Therefore, through this study, can signal a lack of effective use of accounting as an essential tool of disclosure and accountability to the users of Civil Society Organizations of Public Interest, although these organizations are required to prepare and make public their financial information .

Keywords: Third Sector. Civil Society Organizations of Public Interest - OSCIP .

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Público Alvo das OSCIPs.....	59
TABELA 2 - Título/Qualificação/Certificação.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - OSCIPs Pesquisadas.....	24
Quadro 2 - Principais Características das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	34
Quadro 3 - Finalidades de cada OSCIP.....	57
Quadro 4 - Atividades Baseadas no Estatuto de cada OSCIP.....	58
Quadro 5 - Recursos Humanos.....	61
Quadro 6 - Fontes de Recursos.....	66
Quadro 7 - Questionário do Ministério da Justiça.....	70
Quadro 8 - Inserção Social - Planejamento.....	73
Quadro 9 -Inserção Social - Avaliação de desempenho dos Serviços Prestados.....	75
Quadro 10 - Principal conta do Passivo Exigível a Longo Prazo utilizado pelas OSCIPs.....	78
Quadro 11 - Grupo de Conta da Receita.....	79
Quadro 12 - Grupo de Conta da Receita Líquida.....	80
Quadro 13 - Grupo de Conta do Resultado Operacional.....	81

LISTA DE SIGLAS

BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento Social
BP - Balanço Patrimonial
CEBAS- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
DLPA - Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPLS - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social
DOAR- Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos
DRE- Demonstração do Resultado do Exercício
DSDE - Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício
FASB - *Financial Accounting Standards Board*
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIECAFI - Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras.
IASB - *International Accounting Standards Board*
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia. e Estatística
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NBC T - Norma Brasileira de Contabilidade
ONG - Organizações não governamentais
OS - Organização Social
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSFL - Organizações Sem Fins Lucrativos
SPSS - *Statistical Package for Social Science*

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Área de Abrangência das OSCIPs.....	63
Gráfico 2 - Zona de Operação das OSCIPs.....	64
Gráfico 3 - Parcerias e Convênios.....	65
Gráfico 4 - Principais Contas do Ativo Circulante utilizadas pelas OSCIPs.....	76
Gráfico 5 - Principais Contas do Ativo Permanente utilizadas pelas OSCIPs.....	77
Gráfico 6 - Principais Contas do Passivo Circulante utilizadas pelas OSCIPs.....	78
Gráfico 7 - Principais Contas do Patrimônio Social Líquido utilizadas pelas OSCIPs.....	79
Gráfico 8 - Principais Contas do Grupo do Superávit ou Déficit do Exercício.....	80

Sumário

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMÁTICA	17
1.2 JUSTIFICATIVA.....	18
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	20
1.3.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	20
1.3.1 1.3.2 <i>Objetivos Específicos.....</i>	20
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1.4.1 <i>Quanto à Abordagem do Problema</i>	20
1.4.2 <i>Quanto aos Meios.....</i>	21
1.4.3 <i>Quanto aos Fins.....</i>	22
1.4.4 <i>Instrumentos de Coleta de Dados.....</i>	23
1.4.5 <i>População e Amostra do Estudo.....</i>	24
1.4.6 <i>Tratamento de Dados</i>	25
1.4.7 <i>Limitações da Pesquisa.....</i>	25
2 2. REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Conceitos sobre o Terceiro Setor	27
2.2 Características do Terceiro Setor.....	29
2.3 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.....	33
2.4 Evidenciação	38
2.5 Formas de Evidenciação das Informações Contábeis	40
2.6 Evidenciação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP.....	43
2.7 Demonstrações Contábeis no terceiro setor	45
2.7.1 <i>Balanço Patrimonial.....</i>	46
2.7.2 <i>Demonstração do Resultado do Exercício/ Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício.....</i>	48
2.7.3 <i>Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados/ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social.....</i>	49
2.7.4 <i>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).....</i>	50
2.7.5 <i>Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....</i>	51
2.7.6 <i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....</i>	52
2.2.7 <i>Avaliação de Desempenho nas Entidades do Terceiro Setor.....</i>	54
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	56
3.1 Perfil das Organizações Pesquisadas.	56
3.1.1 <i>Finalidades prestadas por cada organização baseadas no estatuto de cada uma delas.....</i>	56
3.1.2 <i>Atividades prestadas por cada organização baseadas no estatuto de cada uma delas.....</i>	57
3.1.3 <i>O público alvo que as entidades atingem.....</i>	58
3.1.4 <i>Recursos Humanos.....</i>	59

3.1.5 Títulos no âmbito Federal, Estadual, Municipal.....	61
3.2 Informações sobre atividade	63
3.2.1 Área de abrangência de atuação das entidades.....	63
3.2.2 Zona de Operação.....	63
3.2.3 Parcerias e Convênios.....	64
3.2.4 Fonte de Recursos	65
3.2.5 Questionário de Avaliação do Ministério da Justiça.....	67
3.3 Avaliação da Inserção Social das Entidades	70
3.3.1 Questionário da Inserção Social da Entidade – Planejamento.....	71
3.3.2 Questionário da Inserção social – Avaliação de Desempenho dos Serviços	73
3.4 Informações sobre Evidenciação das Informações Contábeis.....	75
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXO A - QUESTIONARIO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....	90
ANEXO B - QUESTIONARIOS DA INSERÇÃO SOCIAL	92
ANEXO C - MODELO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	95

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais se ouve falar em trabalho voluntário, filantropia e terceiro setor. Essas expressões ganham força cada vez mais na sociedade. As entidades que praticam a filantropia foram classificadas como Terceiro Setor visto que o Primeiro Setor é composto pelo Estado e o Segundo Setor é composto por entidades privadas que visam o lucro. Esse tipo de entidade de cunho social teve suas origens no século XIX. Nessa linha de pensamento Baptista (2008, p.41) diz que:

Considerando organizações do Terceiro Setor como sendo aquelas que não pertençam nem ao setor público e muito menos ao setor privado com fins lucrativos, vemos que as raízes desse tipo de empreendimento se encontram no associativismo do século XIX. E sua revitalização, após os anos do ciclo virtuoso do fordismo, é vista como uma "evolução do agir coletivo da sociedade, fundamentada na cooperação social, na ajuda e na resistência".

O Terceiro setor passa a atuar como um auxiliar do estado visto que este abrange serviços básicos que são oferecidos pelo Estado. Nesse sentido Vilanova (2004, p. 2) enfatiza que:

As organizações que atuam no terceiro setor procuram abordar ou resolver, ainda que em parte, os problemas sociais, catalisando as demandas da sociedade e buscando novas soluções ou novas propostas [...] este setor atende as necessidades humanas mais básicas, tais como: educação, saúde, habitação, bem estar social, geração de oportunidades de emprego, entre outras.

O que pode ser observado nessas últimas décadas é um aumento no número de entidades pertencentes ao terceiro setor que vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade. Essas entidades sobrevivem de doações feitas por terceiros e muitas das vezes esses recursos ainda são geridos de forma amadora o que pode comprometer a o desempenho da sua atividade e até mesmo a imagem da entidade perante a sociedade. Assim enfatiza Falconer (1999, p. 20): "Ouve-se, simultaneamente ao discurso que idealiza o setor, que estas entidades são mal geridas, excessivamente dependentes, amadoras e assistencialistas em sua atuação, e, por vezes, sujeitas a motivações pouco filantrópicas, para não dizer criminosas".

A contabilidade como ferramenta primordial, passa a exercer uma influência cada vez maior no desempenho das empresas e esse papel também pode ser aplicado às entidades do Terceiro Setor que apesar de não serem obrigadas a divulgarem o balanço de suas atividades se veem a cada dia obrigadas a se profissionalizar adotando praticas de controle financeiro cada vez mais transparente.

Essas entidades passam a exercer um papel cada vez maior na sociedade não só brasileira como internacional e necessitam de uma maior transparência, pois, algumas delas ainda são vistas com muita desconfiança por uma grande parte da sociedade.

1.1 PROBLEMÁTICA

O aumento excessivo de entidades do terceiro setor nesses últimos tempos fez com que surgissem debates a respeito do tema. Essas entidades passaram a desempenhar uma influencia considerável no ambiente de atuação que muitas das vezes pertence ao Estado. Essas entidades ganharam espaço atuando cada vez mais junto à sociedade na perspectiva de corrigir as falhas deixadas pelo Estado e também pela economia.

O Terceiro Setor é composto por entidades que buscam contribuir para com a sociedade de varias formas e nesse contexto podem ser citadas as fundações, associações, instituições, cooperativas e organizações não governamentais.

Essas entidades sobrevivem de bens e recursos doados por terceiros havendo uma necessidade de profissionalização isso em grande parte devido a gama de recursos que movimentam e da responsabilidade social que adquiriram. Segundo pesquisa realizada em 2000 pelo Instituto Superior da Religião a filantropia no Brasil movimentava R\$ 12 bilhões por ano.

A sociedade passa cada vez mais participar da vida dessas entidades porque veem nelas a solução para os grandes problemas sociais, pois, passaram a desempenhar um papel humanitário principalmente junto aos menos favorecidos da população. Fischer (1988, p. 12-19) enfatiza que:

O Terceiro Setor começa a se esboçar, no país, como um conjunto organizacional diferenciado no bojo do processo de redemocratização, consolidando o trabalho de inúmeros grupos formais e informais que atuavam em diversos tipos de trabalhos, desde a mobilização civil para assegurar direitos e/ou para canalizar reivindicações até atividades estruturadas de atendimento a necessidades específicas dos vários carentes da população.

As entidades do Terceiro Setor parecem seguir o caminho da profissionalização com a adoção de profissionais mais capacitados e de gestão mais transparente. Conforme afirmam Scharf e Malta (2001, p. A-9): “as organizações não governamentais estão abandonando o amadorismo. Elas assimilam praticas empresariais, promovem auditorias e recrutam executivos para ganhar eficiência”. E por trabalharem com o capital de terceiros elas vem à necessidade de renovação dessas doações o que pode comprometer a continuidade de

suas ações se não for feito um controle eficaz. Diante do que foi exposto o presente trabalho busca responder a seguinte questão problema:

Como estão sendo evidenciados as informações contábeis e sociais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs do Estado Paraíba a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs Público?

1.2 JUSTIFICATIVA

O surgimento nesses últimos anos de organizações que tem um viés social tanto no Brasil como no mundo é uma constante que não pode passar despercebida. Atualmente polêmicas e dilemas tomam conta da sociedade quando se fala no real papel que essas entidades tidas como do Terceiro Setor representam no mundo repleto de desigualdades e discrepâncias sociais.

As entidades do Terceiro Setor nasceram com um grande viés ideológico e político. Elas funcionam como uma alternativa nova que veio pra tentar corrigir as lacunas deixadas pelo Primeiro Setor o Estado e o Segundo Setor que engloba as organizações privadas com fins lucrativos. O espaço que não é ocupado nem pelo Estado nem pelas empresas privadas é um terreno que se expande deixando brechas para atuação dessas organizações que atuam ou ao lado ou como adversário destes. Englobando as mais diversas causas sejam elas ecológicas, democráticas ou de inclusão social das classes menos favorecidas (BAPTISTA, 2008).

No que se refere ao cenário econômico o Terceiro Setor tem promovido expressivo índice na geração de emprego e renda. De acordo com um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005) em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE no período de 2002 a 2005, o número de associações e fundações sem fins lucrativos cresceu cerca de 22,6%, passando de 275,9 mil em 2002 para 338,2 mil em 2005.

Para Tozzi (2010) o Terceiro Setor tem uma relevância econômica significativa, movimenta, só no Brasil, cerca de 1,5% do PIB, o que significou, em 2009, mais de 40 bilhões de reais, em valores aproximados. Nessa perspectivas, estão envolvidos com esses números as

várias instâncias reguladoras do processo nas entidades que envolvem o Terceiro Setor, tais como o investimento social (público ou privado), os órgãos fiscalizadores, tributários e reguladores. Diante dessa evidência, e a fim de sanar as preocupações existentes com relação aos recursos mobilizados, torna-se de suma importância a prestação de contas, que é um instrumento de gestão e governança de diversos protagonistas (stakeholders). Uma gestão eficiente dos relacionamentos pressupõe a prestação de contas das ações e dos resultados obtidos, o que demanda a geração de uma melhoria nos trâmites legais pelos quais passam uma instituição no momento de implantações e/ou implementações de projetos, entre outras situações.

Essas entidades atingem uma boa parcela da população e necessitam de recursos tanto para a melhora dos seus serviços como para dar continuidade nas suas metas. Como sobrevivem de doações feitas por terceiros é exigido uma transparência que muitas das vezes não acontece o que pode comprometer a continuidade daquelas entidades que não prestam contas à sociedade. Em relação à transparência Vilanova (2004, p. 4) enfatiza que: “Nesse cenário, a sobrevivência das organizações bem intencionadas em suas finalidades é assegurada pela prática da transparência em suas ações”.

A contabilidade ainda é a melhor forma de medir o desempenho de uma entidade seja ela pública privada ou sem fins econômicos. A contabilidade pode ajudar as entidades do Terceiro Setor tanto para medir o seu desempenho como para a obtenção de mais recursos.

Justifica-se esse trabalho devido ao grau de importância que o terceiro setor apresenta atualmente. O presente trabalho foi feito com o intuito de investigar se o nível de evidenciação dos demonstrativos contábeis e das ações sociais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) do Estado da Paraíba é suficiente para que essas entidades transmitam uma boa imagem para a sociedade paraibana. As informações que esse trabalho apresentar pode ser do interesse de todos que participam da vida dessas entidades tanto os doadores e colaboradores como a sociedade que se beneficia do trabalho desenvolvido por elas.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar como estão sendo evidenciados as informações contábeis e sociais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs do Estado Paraíba a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs Público.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar quais são as informações prestadas pelas OSCIP acerca das atividades realizadas pela organização;
- Identificar os demonstrativos utilizados na prestação de contas ao público dessas entidades;
- Descrever como é realizada a avaliação de inserção social a partir do questionário disponibilizado pelo CNEs Público.
- Descrever o perfil das OSCIP pesquisadas a partir das informações prestadas no CNEs Público;

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.4.1 Quanto à Abordagem do Problema

Quanto à abordagem do problema optou-se por uma pesquisa qualitativa, devido à complexidade que envolve o tema do terceiro setor. Na pesquisa buscou compreender o

significado que essas entidades representam junto à realidade de exclusão que vive alguns grupos da sociedade. A pesquisa procurou analisar como se dá a relação das OSCIPs junto à sociedade. O foco dessa relação está no fato de como a sociedade tanto público como parceiros interagem com essas entidades tanto nos aspectos sociais como na publicação dos demonstrativos contábeis. Para isso feita a análise das informações prestadas por essas entidades ao Ministério da Justiça. Essas informações estão disponíveis a todos que queiram contribuir fiscalizando ou participando das ações dessas entidades.

1.4.2 Quanto aos Meios

Para a realização da referida pesquisa foi realizado dois tipos de pesquisa, a bibliográfica e a documental. No primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo estudar fatos que já aconteceram, através de livros já publicados, revistas, jornais, monografias, dissertações e outros. Portanto, a pesquisa bibliográfica foi essencial para construção do referencial teórico e permitiu o estudo de fatos históricos passados que só seria possível através de dados bibliográfico. Cerro e Bervian (2002, p. 55) definem a pesquisa bibliográfica como a que:

[...] explica um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa bibliográfica teve como principais fontes as publicações em artigos, monografias, dissertações e publicações em revistas especializadas, jornais e/ou disponíveis na Internet. A investigação documental, segundo Vergara (2002), é o estudo em documentos mantidos no interior de órgãos públicos ou privados como: balancetes, registros, anais, circulares, ofícios, memorandos e outros.

Na visão de Gil (1991, p.73) a principal diferença entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica está na procedência do material utilizado.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Segundo Beuren (2006): “analisar dados significa trabalhar com todo o material obtido durante o processo de investigação, ou seja, com os relatos de observação, as transcrições de entrevistas as informações dos documentos e outros dados disponíveis”.

As informações foram coletadas por meio de documentação indireta através do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs Público, disponível no sítio do Ministério da Justiça, no qual consta um banco de dados com as informações de todas as Entidades sem fins lucrativos que tem certificação como: Utilidade Pública Federal, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e Organização Estrangeira. De forma resumida explicam Sousa; Fialho e Otani (2007) que:

Documentação Indireta: utiliza-se do processo de coleta de dados através de uma pesquisa documental (fontes primárias tendo por base a observação de documentos) ou pesquisa bibliográfica (fontes secundárias que se compõem de elementos derivados de obras originais como livros, artigos científicos, que tem como objetivo interpretar as fontes primárias).

Esse tipo de documentação normalmente é produzido por terceiros podendo ser obtida de diversas formas sendo suas fontes primárias documentos públicos e privados. As fontes secundárias são obtidas através de livros, artigos e trabalhos científicos publicados.

1.4.3 Quanto aos Fins

A pesquisa descritiva tem como objetivo principal a “descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis” Silva (2008, p. 59). Assim, neste tipo de pesquisa também é utilizado técnicas para a coleta de dados, como: questionários e observação sistemática.

A pesquisa se caracterizou por ser descritiva, visto que buscou investigar quais as ações desenvolvidas pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Estado Paraíba a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs Público. Descrevendo as ações dessas entidades em relação ao atendimento ao seu público alvo, como também suas parcerias e áreas de atuação e ainda como são evidenciados os seus demonstrativos contábeis.

1.4.4 Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, e através do levantamento de dados realizado através do CNE Público, no qual consta aos cidadãos os relatórios de prestação de contas, transmitidos pelo CNEs/MJ, e já aprovados estão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico. No levantamento de dados foram abordados os seguintes grupo de informações:

1. Dados da Entidade: nessa seção são descritas as características das Organizações pesquisadas: Finalidade, Atividades, Público alvo, Recursos Humanos, Documentos e Título em âmbito Federal e outros âmbitos.

2. Informações sobre a Atividade: foi investigada nessa seção a área de abrangência, fontes de recursos, parceiros e subvenções.

3. Avaliação de Inserção Social: nesta, apresentam-se as questões relacionadas às informações sobre inserção social, os itens pesquisados foram: se foram realizados estudos e pesquisas, para levantar demandas e necessidades do público alvo e caracterizar o perfil dos beneficiários, se a entidade criou espaços para que o público alvo participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades e serviços oferecidos, participação dos beneficiários, se entidade permitiu a participação do público alvo na definição e controle dos custos/ orçamentos destinados para as atividades e serviços prestados, Descrição das parcerias e/ ou redes articuladas, capacitação dos profissionais em relação à temática com a qual atuou, mecanismos de avaliação dos serviços e atividades prestados.

4. Informações sobre Evidenciação das Informações Contábeis: nesta, apresentam-se as questões relacionadas às informações sobre evidenciação, os itens pesquisados foram:

quais os Demonstrativos Contábeis publicados, como são evidenciados os relatórios contábeis.

1.4.5 População e Amostra do Estudo

Para determinar o universo desta pesquisa, foi utilizada uma lista das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) cadastradas no Ministério da Justiça. Essa listagem foi obtida através do site do próprio Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Justiça.

Em relação aos dados das OSCIPs, foram listadas um conjunto de 7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público no estado da Paraíba inseridas no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNE). O CNE é um sistema eletrônico que tem como principal objetivo facilitar a comunicação entre Estado, entidades e sociedade, à medida que desburocratiza, padroniza e dá transparência aos processos referentes às qualificações federais. Estão inseridas nesse cadastro as entidades sem fins lucrativos que tem certificação como: Utilidade Pública Federal, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e Organização Estrangeira. A pesquisa no cadastro do Ministério da Justiça foi realizada no dia 28 de agosto de 2011. As entidades pesquisadas são as seguintes:

Quadro 1 - OSCIPs Pesquisadas

Nº	OSCIP Pesquisada da Paraíba
01	Congregação Holística da Paraíba situada no município de João Pessoa
02	Fundação Sistêmica situada no município de João pessoa
03	Fundação Alzira Alves de Brito situada no município de São Bento
04	Organização da Sociedade Civil I de Interesse Público Costa do Sol situada no município de João Pessoa
05	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores do Estado da Paraíba - CEAPE – PB situada no município de Campina Grande
06	Instituto Monte Sinai de Pesquisas Médicas e Assistência a Saúde situada no município de João Pessoa
07	Instituto de Assistência a Saúde situada no município de Campina Grande

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

1.4.6 Tratamento de Dados

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa foi utilizada a estatística descritiva como método para analisar os dados coletados na pesquisa documental através do sítio do CNE Público. A análise foi feita com o auxílio do aplicativo estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 8.0 para Windows e do Excel.

Através do SPSS foi elaborada a tabela 1 que tratou do público alvo onde foram evidenciados os principais grupos atingidos pelas OSCIPs. A mesma ferramenta foi utilizada para elaborar a tabela 2 que evidenciou os títulos, qualificações e certificações que possuem as OSCIPs.

Utilizou-se o Excel para calcular as informações contidas no quadro 5 dos recursos humanos, o quadro 6 das fontes de recursos, quadro 7 informações do questionário do Ministério da Justiça, quadro 8 da inserção social a parte de planejamento, quadro 9 da inserção social a parte de avaliação dos serviços prestados, quadro 9 das principais contas do passivo exigível a longo prazo utilizado pelas OSCIPs, quadro 11 do grupo de conta da receita presente na demonstração do superávit ou déficit do exercício, quadro 12 do grupo de conta da receita líquida presente na demonstração do superávit ou déficit do exercício, quadro 13 do grupo de conta do resultado operacional presente na demonstração do superávit ou déficit do exercício. Também se utilizou o Excel para calcular as informações do gráfico 1 área de abrangência das OSCIPs, gráfico 2 zona de operação das OSCIPs, gráfico 3 parcerias e convênios, gráfico 4 principais contas do ativo circulante utilizadas pelas OSCIPs, gráfico 5 principais contas do ativo permanente utilizada pelas OSCIPs, gráfico 6 principais contas do passivo circulante utilizadas pelas OSCIPs, gráfico 7 principais contas do patrimônio social líquido utilizadas pelas OSCIPs e gráfico 8 contas do grupo do superávit ou déficit de exercício.

1.4.7 Limitações da Pesquisa

A pesquisa inicialmente se daria com 31 OSCIPs cadastradas no site do Ministério da Justiça. Só que em virtude dos dados divulgados estarem de forma desordenada algumas apresentaram os seus dados em anos diferentes. Optou-se por dar preferência a aquelas

entidades que divulgaram no ano mais recente que é o ano de 2010. Por isso de um universo de 31 OSCIPs só foi possível analisar 7 entidades. Os dados analisados e tabulados foram apenas os que se encontram no site não se tendo acesso aos documentos originais, tendo o pesquisador confiado no que foi disponibilizado ao público através do site.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos sobre o Terceiro Setor

As desigualdades sociais e injustiças que vemos no mundo atual são frutos muitas das vezes da inoperância do estado na consecução de suas metas e da passividade da economia de mercado em relação à realização de políticas sociais.

Grupo de pessoas organizadas com um pensamento ideológico que tem o intuito de suprir as necessidades de grupos excluídos da sociedade é uma constante cada vez mais presente no contexto atual. Vários termos conceituais estão sendo incorporados as nossas vidas dentre eles o de Terceiro Setor, de Sociedade Civil, de Economia Solidaria, de Economia Popular e de Responsabilidade Social Empresarial. Esses termos têm praticamente o mesmo propósito, mas com objetivos e estratégias distintos. Caccia Brava (2000, p.51) enfatiza que:

O Terceiro Setor é um conjunto muito abrangente e difuso, que procura agrupar uma grande variedade de instituições da sociedade civil, que se constituem com objetivos e estratégias distintas e lhes atribui um propósito comum [...] A provisoriedade do conceito de TS não se deve somente a novidade. Ele é uma proposta de experimentação social, uma tentativa de trabalho conjunto que pretende reunir instituições muito diversas.

O Terceiro Setor apresenta-se como uma abordagem nova que visa acabar com velhos problemas que afligem as partes menos favorecida da sociedade. Lacunas deixadas pelo primeiro setor (Estado) e segundo setor (mercado), abriram brechas para atuação dessas organizações de viés social. Sendo essas entidades consideradas por muitos como um auxiliar do Estado.

As entidades do Terceiro Setor trabalham nas áreas onde o governo não consegue atingir, provocando inúmeras mudanças não somente na estrutura de uma região como na consciência das pessoas que dela participam. Conforme enfatiza Drucker (1997, p.3), as organizações sem fins lucrativos “são agentes de mudanças humanas. Seus resultados são sempre mudanças em pessoas: de comportamento, condições, perspectivas, saúde, esperanças e, acima de tudo, de sua competência e capacidade”.

As organizações do terceiro setor são tidas como sem fins lucrativos e agem fora do âmbito do Estado. Fernandes (1994, p. 27) define o terceiro setor da seguinte forma:

[...] pode-se dizer o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

O Terceiro Setor é visto como organizações da sociedade civil que se unem em grupos para exercerem alguma atividade que esteja fora da esfera dos governos, sendo essas atividades sem fins de lucro.

A denominação de Terceiro Setor para as atividades da sociedade civil surge de uma análise mais profunda das atividades organizadas por iniciativa da sociedade civil que as distingue das outras atividades econômicas. Recebeu essa denominação por englobar atividades que não estão dentro da órbita de atividades governamentais e muito menos se identificam as atividades privadas [...] São organizações que não tem as características de apropriação privada de lucros, que prestam um serviço público e que sobrevivem basicamente de transferência (MEREGE, 1999).

Um conceito bastante usado para definir as organizações do Terceiro Setor é a expressão “sem fins lucrativos” nesse sentido (ANDRADE, 1991, apud OLAK e NASCIMENTO, 2008, p. 5) diz que: “entidades sem fins lucrativos são aquelas instituições formadas com propósitos sociais, educacionais, religiosos, de saúde ou filantrópicos e aquelas em que, normalmente, não existe interesse na transferência da propriedade e seus membros ou contribuintes não recebem qualquer ganho econômico ou financeiro”.

O terceiro setor é visto como organizações que praticam o social e não tem fins econômicos. Para Hudson (2004, p. XI) o terceiro setor é:

Consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

Quando os autores falam em terceiro setor a primeira ideia que vem a mente é a expressão "sem fins econômicos", no entanto, essa expressão ainda gera confusão entre os próprios autores. Assim diz (CARDOSO, 2000, apud OLIVEIRA e ROMÃO, p. 26):

O próprio conceito de Terceiro Setor, seu perfil e seus contornos ainda não estão claros nem sequer para muitos dos autores que os estão compondo. São vários os termos que temos utilizado para caracterizar este espaço que não é Estado nem mercado e cujas ações visam ao interesse público: iniciativas sem fins lucrativos, filantrópicos e voluntárias.

Szazi (2004, p. 52) procura simplificar o conceito sobre o terceiro setor baseado naquilo que a mídia divulga sobre Primeiro e Segundo Setor. Assim ele diz:

O Primeiro Setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo Setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais por meio de inúmeras instituições que compõem o chamado Terceiro Setor. Ou seja, o Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

O estado falha em muitos casos e deixa que as entidades do terceiro setor atuem ao seu lado o auxiliando nas principais demandas da sociedade.

2.2 Características do Terceiro Setor

Essas entidades caracterizam-se principalmente por não ter o lucro como principal finalidade o seu patrimônio pertence às pessoas que contribuem para a sua manutenção e sobrevivem de doações como também tem por objetivo principal provocar mudanças sociais.

Assim Olak e Nascimento (2008, p.6) dizem que as principais características fundamentais e específicas das entidades sem fins lucrativos são:

- O lucro não é a sua razão de ser, mas um meio necessário para garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais;

- Seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam provocar mudanças sociais;
- O patrimônio pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo;
- As contribuições, doações e subvenções constituem-se, normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais dessas entidades.

Sobre o terceiro setor Di Pietro (2003, apud MELO, 2008, p. 22) enfatiza que:

o Terceiro Setor é aquele que é composto por entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos, caracterizando-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos, sendo assim chamadas de entidades paraestatais usando a terminologia do direito administrativo, pois de certa forma, colaboram com o Estado, desempenhando a sua função não lucrativa.

Uma das premissas do terceiro setor é a participação de voluntários nas atividades eles atuam por razões muitas das vezes filosóficas. Segundo Kisil (1997, apud CARNEIRO et. al., 2000, p. 2) as características mais particulares e complementares das entidades do terceiro setor são as seguintes:

- a) a) não tem fins lucrativos, sendo organizações voluntárias;
- b) b) são formadas, total ou parcialmente, por cidadãos organizados voluntariamente;
- c) c) o corpo técnico normalmente é constituído por cidadãos ligados a organização por razões filosóficas;
- d) d) são orientadas para a ação; e
- e) e) comumente são intermediárias entre o cidadão comum e entidades que podem participar da solução de problemas identificados.

Segundo lei nº 9.790/1999 que regula o terceiro setor no Brasil as entidades que se enquadrarem no perfil do terceiro setor podem receber títulos, certificações e qualificações nas esferas municipais, estaduais e federais. No âmbito federal as entidades podem receber:

- Título de Utilidade Pública Federal;
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS);
- Organização Social (OS);
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Segundo a cartilha do terceiro setor (2007, p. 13) esses títulos trazem benefícios e qualificações tais como:

- Diferenciar as entidades que os possuem, inserindo-as num regime jurídico específico;
- Demonstrar à sociedade que a entidade possui credibilidade;
- Facilitar a captação de investimentos privados e a obtenção de financiamentos;
- Facilitar o acesso a benefícios fiscais;
- Possibilitar o acesso a recursos públicos, assim como a celebração de convênios e parcerias com o Poder Público e;
- Possibilitar a utilização de incentivos fiscais pelos doadores.

Essas entidades caracterizam-se por não pertencer nem esfera governamental nem a economia de mercado. Segundo o BNDS (2000), este setor é definido como:

O Conjunto das atividades privadas com fins públicos e sem fins lucrativos, composto por instituições civis de qualquer origem - religiosa, comunitária, de trabalhadores, institutos e fundações empresariais, organizações não governamentais e outras - diferenciando-se da lógica escrita de governo (público com fins públicos) e de mercado (privado com fins privados).

No que se refere à expressão não têm fins lucrativos, Machado (1994, p. 197) nos diz que:

não ter fins lucrativos não significa, de modo nenhum, ter receitas limitadas aos recursos operacionais. Elas na verdade podem e devem ter sobras financeiras, até para que possam progredir, modernizando e ampliando suas instalações. O que não podem é distribuir lucros. São obrigadas a aplicar todas as disponibilidades na manutenção de seus objetivos institucionais.

Apesar de não tem o lucro como principal finalidade elas podem ter superávits, desde que o usem para a sua manutenção e expansão das suas atividades. Para Petri (1981, apud OLAK e NASCIMENTO, 2008, p. 4) as entidades sem fins lucrativos são:

aquelas que não tem rentabilidade. Elas podem gerar recursos através de: atividades de compra e venda; de industrialização e venda dos produtos elaborados; e de prestação de serviços, obtendo preço ou retribuição superior aos recursos sacrificados para a sua obtenção, sem por isso perderem a característica de sem fins lucrativos. O que lhes dá essa característica é o fato de não remunerarem seus proprietários (acionistas, sócios ou associados) pelos recursos por eles investidos em caráter permanente (capital social, fundo social ou patrimônio), com base nos recursos próprios por elas gerados (ganhos ou lucros), e eles não reverterem o patrimônio (incluindo os resultados) dessa mesma maneira, no caso de descontinuidade.

Em relação à necessidade de se ter superávits Falcão e Cuenca (1999, p. 39) enfatizam que:

a uma entidade do Terceiro Setor não basta a autonomia política. [...] Ela tem que ter também superávits operacionais para sobreviver economicamente. [...] possibilita a expansão e a maior eficiência na consecução do interesse público a que se propõe, e que é legítimo e a diferencia.

As principais formas de captação de recursos se dão através de doações, contribuições e subvenções. Segundo a Norma Brasileira de contabilidade Técnica (NBC-T 19.04), Resolução CFC nº 1.026/05, as modalidades de captação são:

Contribuições - são transferências derivadas da lei orçamentária, concedidas por entes governamentais a autarquias, fundações e a entidades sem fins lucrativos, destinadas à aplicação em custeio e manutenção destas, sem contrapartida direta do beneficiário dos recursos em bens e serviços, ou determinadas por lei especial anterior, para o atendimento de investimentos ou inversões financeiras.

Doações - são transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens moveis e imóveis, com as finalidades de custeio, investimentos e imobilizações, sem contrapartida do beneficiário do dos recursos.

Subvenções - são as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades, públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a

manutenção e o custeio dessas, caracterizadas ou não pela contraprestação de bens e serviços da beneficiária dos recursos.

O produto final dessas entidades são pessoas transformadas. Elas agem por motivos sociais. Nesse pensamento Olak e Nascimento (2008, p. 5) afirmam que: "a "matéria-prima" destas entidades são os indivíduos e que seu "produto" final são seres transformados. Logo, seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam sempre provocar mudanças sociais".

Pelo que foi visto até agora essas entidades objetivam provocar mudanças sociais sobrevivem de doações podem e devem ter superávits desde que esses ganhos a mais sejam usados em benefício da sociedade a qual ela se propôs a ajudar.

2.3 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP

No Brasil a figura da Organização Civil de Interesse Público (OSCIP) foi instituída pela Lei nº 9.790, de março de 1999, a qual restringiu a capacidade dessas entidades de fazer convênios com o Estado para assumir com ele vínculos de cooperação para o incentivo e a execução de atividades de interesse público. Essa norma visou distinguir a figura das organizações sem fins lucrativos, que servem os associados e membros que participam de suas ações daquelas que visam o interesse público coletivo, representado pela delegação política que lhes faz o Estado, por meio de legislação específica. O debate sobre essa nova lei foi considerado um marco legal do Terceiro Setor no Brasil como também foi determinado à importância do controle público sobre os gastos. (CABRAL, 2009).

A lei 9.790 trouxe a qualificação de organização da sociedade civil de interesse público criou o termo de parceria com o intuito de abranger organizações que tem finalidade pública incluindo aquelas não abrangidas pelos títulos de qualificações. Ela ainda buscou simplificar os procedimentos para o reconhecimento como OSCIP. No âmbito das parcerias procurou imprimir agilidade operacional aos projetos, realizando o controle por resultados e favorecendo a publicidade e transparência. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

Com a vigência da nova lei houve um aumento no número de pedidos de qualificação como OSCIPs. Assim diz Machado (2003, apud CABRAL 2009, p. 13): De acordo com o Ministério

da Justiça, do início da vigência da lei até dezembro de 2002, foram recebidos 1.346 pedidos de qualificação como OSCIP, dos quais 814 foram deferidos.

Araújo (2005, p. 25) define que: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são organizações do terceiro setor que, por intermédio da lei, relacionam-se com o Estado através do termo de parceria. São organizações parceiras do Estado.

Alves e Slomski resumiram em um quadro as principais características das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (Quadro 2).

Quadro 2 - Principais Características das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Itens	Descrição
Legislação	Lei 9.790/99 e Decreto 3.200/99
A quem se aplica	Às entidades de direito privado que não distribuem, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendo, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica na consecução do respectivo objeto social; e que exerçam as atividades descritas no artigo 3º da lei 9.790/1999
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de oferecer dedução fiscal no imposto de renda, em doações de pessoas jurídicas; ▪ Regulamentação da participação de OSCIPs na atividade microfinanceira, ou seja, as entidades que tiverem por finalidade a concessão de microcrédito somente não estarão sujeitas à chamada Lei da Usura (limite de taxa de juros a 12% ao ano) se tiverem a qualificação como OSCIP; ▪ Possibilidade de receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis administrados pela Secretaria da Receita Federal; ▪ Isenção do imposto de renda também para OSCIPs que remuneraram seus dirigentes; ▪ Possibilidade de receber doações de bens móveis da União, considerados antieconômicos e irrecuperáveis; ▪ Acesso a recursos públicos para financiamento de projetos via termo de parceria.
Obrigação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Renovação da qualificação, no caso das OSCIPs receberem doações dedutíveis do Imposto de Renda Pessoa Jurídica; ▪ Dar publicidade ao relatório de atividades e demonstrações contábeis da entidade. ▪ No âmbito dos termos de parceria, devera ser realizada prestação de contas ao parceiro público.

Fonte: Alves e Slomski (2006)

De acordo com Oliveira e Romão (2006, p. 101): Podem se qualificar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela lei.

A entidade que se considera sem fins lucrativos não pode distribuir lucros ou qualquer ganho que tiverem. Ainda segundo Oliveira e Romão (2006, p. 101) para efeitos legais, consideram-se sem fins lucrativos:

a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre diretores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

A lei nº 9.790/99 previu quais entidades não podem se qualificar como OSCIPs no art. 2º, são elas:

- as sociedades comerciais;
- os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria comercial;
- as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, praticas e visões devocionais e confessionais;
- as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- as entidades de beneficio mutuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um circulo restrito de associados ou sócios;
- as entidades e empresas que comercializam planos de saúde ou assemelhados;
- as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- as organizações sociais;
- as cooperativas;
- as fundações públicas;
- as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- as organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal."

Para obtenção do título de OSCIPs o art. 3º da Lei nº 9.790 prevê que somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- promoção da assistência social;
- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- promoção gratuita de educação;
- promoção gratuita da saúde;
- promoção da segurança alimentar e nutricional;
- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- promoção do voluntariado;
- promoção do desenvolvimento econômico e social e combate a pobreza;
- experimentação, não lucrativa, de novos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação a atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins"

Varias determinações normativas precisam estar presentes nos estatutos das entidades que se enquadram como OSCIPs. Assim diz Araújo (2005, p. 28) segundo ele tais como:

a necessidade de obediência a princípios referentes às associações, adoção de praticas de gestão administrativa, formação de um Conselho Fiscal, destinação do patrimônio no caso de extinção da organização, possibilidade de remuneração de dirigentes e obediência às normas de prestação de contas.

Segundo a cartilha do terceiro setor (2007, p. 17) sobre a forma de prestação de recursos: A legislação especifica que as atividades podem ser desenvolvidas mediante execução direta, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários. Ainda segundo a mesma cartilha essas entidades obtém uma serie de vantagens tais como:

- oferecer dedutibilidade do Imposto de Renda das pessoas jurídicas;
- possibilitar a remuneração de dirigentes sem a perda de benefício fiscal e;
- celebrar Termos de Parceria com o Poder Público.

Quanto à prestação de contas as entidades precisam seguir no mínimo o que diz o inciso VII do art. 4º da Lei 9.790 que determina que as normas de prestação de contas a serem observadas devem no mínimo seguir:

- a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
- a prestação de contas de todos o recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal."

Todas essas normas visam somente uma coisa, impedir que os recursos recebidos por essas entidades sejam usados em benefício próprio daqueles gerenciam suas atividades. Em relação a isso Rocha (2003, p. 64) diz que: "Estes dispositivos, no fundo, pretendem evitar violações ao princípio da moralidade e desvio de finalidades da entidade, impedindo que os recursos da entidade sejam usados no proveito próprio dos dirigentes, e não na consecução dos objetivos sociais".

2.4 Evidenciação

Uma das ciências mais antigas que se tem conhecimento é a contabilidade. Desde os tempos mais antigos a relatos e registros de civilizações antigas que já utilizavam as técnicas contábeis para o controle do seu patrimônio.

A contabilidade é ainda um dos principais instrumentos usados para medir o desempenho de uma entidade, sob os vários enfoques, conforme cita Crepaldi (2008, p. 7): "Com a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, é possível verificar a situação da empresa [...] análises de estruturas, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retornos de investimentos etc."

As informações geradas pela contabilidade são utilizadas por uma gama enorme de usuários, cada um com interesses próprios e específicos. Esses usuários são classificados em diversos tipos tais como: investidores (que terem ter a certeza de que seus investimentos trarão o retorno esperado), administradores (fornecedores, bancos, instituições financeiras e clientes interessados na capacidade de solvência da empresa) e o governo (apuração fiscal e econômica que darão suporte as decisões governamentais).

A contabilidade surgiu da necessidade que as entidades têm de controlar o patrimônio. O fato é que essas entidades realizam muitas transações o que decorre uma maior complexidade de controle. O controle do patrimônio se dá através da contabilidade que coleta, registra e analisa o conjunto de bens, direitos e obrigações que fazem parte da vida de qualquer organização.

Daí se vem à necessidade de evidenciar as informações que surgem com a contabilidade. Evidenciar nas palavras de Ferreira (1999, p. 855) é: "tornar evidente; mostrar com clareza;

comprovar"; e evidente significa: "que não oferece dúvida; que se compreende prontamente [...]".

Nas palavras de Ludícibus (2000, p. 121):

A evidenciação constitui um compromisso inalienável da contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, e diz respeito à apresentação ordenada de informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário.

Para Buzby (1982, p. 652) quando se fala em evidenciação as seguintes questões têm que ser respondidas:

1. Para quem a informação será evidenciada?
2. Qual o propósito da informação?
3. Quando a informação deve ser evidenciada?
4. Quanta informação deve ser evidenciada?
5. Como a informação deve ser evidenciada?

A evidenciação contábil é mais restrita que a própria informação contábil. Assim diz Araújo (2005, p. 45):

"Pode-se dizer que evidenciação contábil tem um sentido mais restrito que a informação contábil, posto que a informação é um conjunto amplo que pode ser estruturado de acordo com a necessidade dos diversos usuários, e a evidenciação refere-se aos diversos métodos como essas informações estão disponíveis aos usuários."

Os relatórios financeiros das entidades sem fins lucrativos para que sejam úteis devem ser bem detalhados com ampla variedade de informações. Araújo (2005, p. 48) diz que essas informações devem:

- prover informações que sejam indicativas da capacidade de continuar prestando os serviços a que as entidades se propõem;
- fornecer informações sobre o ambiente, a natureza da atividade e outros assuntos que se relacionem;

- informar a cerca do trabalho de seus gestores e da sua capacidade de bem gerir os recursos postos à sua disposição, já que não existe o indicativo de lucratividade;
- evidenciar o fluxo de recursos postos à sua disposição, visando a sua continuidade e capacidade de cumprir com suas obrigações;
- informar sobre as realizações da entidade como meio de medir a eficiência de seus gestores, posto que os investidores, não sendo beneficiários dos serviços e produtos por ela colocados, não os conhecem a fundo, exceto por relatórios financeiros;
- incluir os demonstrativos as técnicas de apuração e alocação dos custos de serviços e como os recursos são distribuídos aos mais diversos programas de serviços postos a disposição;
- informar como as entidades utilizam os recursos e de onde os mesmos provem, e como isso afeta sua liquidez;
- incluir interpretações e explicações que auxiliem no entendimento dessas informações, principalmente no que se refere à organização e suas realizações, identificando certas transações, eventos e circunstâncias que venham a afetar a organização.

A contabilidade supri as organizações do Terceiro Setor não somente para medir o quanto ela recebe de receita, mas também para direcionar a melhor forma de aplicação do capital. Conseqüentemente isso vai quantificar os resultados alcançados. Assim diz Cruz (2002): "Deve mostrar claramente para os doadores e para a sociedade não apenas de onde vieram os recursos, mas também, como o dinheiro foi aplicado, qual o benefício social gerado e que práticas podem ser multiplicadas".

2.5 Formas de Evidenciação das Informações Contábeis

O tema da evidenciação contábil é amplamente discutido no meio acadêmico sendo este um dos principais pontos abordado por vários autores quando se fala em organizações sem fins lucrativos. As informações que a contabilidade presta deve conter o maior número possível de informações que não deixem dúvidas sobre o que realmente está sendo feito por aquela entidade que trabalha principalmente com o capital que não lhes – pertence.

Varias são as formas de prestação de contas que uma entidade pode utilizar. Deve-se simplificar o máximo possível para que o usuário entenda e não crie confusões. De acordo com Ludícibus (2000, p. 118) as informações estão disponíveis aos usuários através de vários métodos que abrangem:

1. forma de apresentação das demonstrações contábeis;
2. informações entre parênteses;
3. notas de rodapé (explicativas);
4. quadros e demonstrativos suplementares;
5. comentários do auditor; e
6. relatório da diretoria.

Esses métodos de evidenciação são os utilizados por qualquer tipo de entidade ou organização para a obtenção dos seus objetivos, inerentes à divulgação da situação patrimonial, econômica e financeira. Esses métodos têm o intuito de fornecer aos principais usuários das informações o suporte necessário à tomada de decisão incluindo aí as entidades do terceiro setor. (ARAÚJO, 2005).

Um termo utilizado por muitos que diz respeito à qualidade da informação é o disclosure que engloba uma gama variada de informações que podem ser úteis aos usuários da informação contábil. Nyama e Gomes (1996, p. 65) sobre as qualidades e atribuições do termo disclosure afirmam:

diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciam na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Devido à dificuldade que os leigos têm em contabilidade é que se faz necessário que as informações sejam resumidas o máximo possível, levando muitas vezes o fator humano como ponto chave para essa simplificação. Assim dizem Hendriksen e Van Breda (1999, p. 524): "devido às limitações de atenção e de capacidade de compreensão dos seres humanos, os dados contábeis precisam ser resumidos para terem significado e serem úteis".

No Brasil, o conselho federal de contabilidade elaborou a NBC T que trata das características da informação contábil. Segundo esse documento ela precisa possuir quatro atributos que são:

- confiabilidade;
- tempestividade;
- compreensibilidade;
- comparabilidade.

Em se tratando da confiabilidade, o CFC determinou, no item 1.4.1 da NBC T1:

A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação.

O atributo da tempestividade é abordado no item 1.5, que trás a seguinte definição: "A tempestividade refere-se ao fato de a informação contábil dever chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de este possa utilizá-la para seus fins".

Araújo (2005, p. 51) faz um comentário sobre esse atributo segundo ele: "tem-se que uma informação que chega as mãos dos gestores em momento que já não lhes dá apoio no processo decisório não deveria sequer ser produzida, pois perde sua utilidade".

O terceiro atributo é o da compreensibilidade que esta contido no item 1.6 e tem a seguinte definição: "A informação contábil deve ser exposta na forma mais compreensível ao usuário a que se destine.

O quarto e ultimo atributo é o da comparabilidade, sendo determinado no item 1.7. Ele ressalta que as demonstrações contábeis devem ser preparadas de modo a permitir ao usuário: "o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas".

O ideal é que a informação contábil seja mais clara possível, ordenada e de fácil entendimento para que o usuário entenda não importando a forma como ela é evidenciada. Assim diz Ludícibus (2000, p. 121):

As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar a informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

2.6 Evidenciação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP

Muito se discute sobre a importância da contabilidade para as empresas privadas e públicas. Acontece que ela não é só importante para essas entidades toda e qualquer entidade necessita manter uma contabilidade. Ela dá o suporte necessário para que a entidade continue mantendo suas atividades.

Segundo Iudícibus (1996, p. 12) a contabilidade tem: "aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades, mesmo que tais atividades econômicas não sejam atividades-fim".

Segundo Assis, Mello e Slomski (2006, apud ALBUQUERQUE 2007, p. 47), a contabilidade é instrumento essencial na transparência das informações do terceiro setor, deve auxiliar as entidades de Terceiro Setor no processo de accountability, ou seja, devem ser fornecidas as informações necessárias para que os investidores sociais possam verificar o montante de recursos recebidos pelas entidades, bem como a destinação destes recursos e, conseqüentemente, os resultados alcançados.

Há uma tendência discutida por alguns autores de que no terceiro setor as entidades não medem o seu desempenho como também os seus resultados. Assim diz Drucker (1994, p.79): "As instituições sem fins lucrativos tendem a não dar prioridade ao desempenho e aos resultados. Contudo, eles são muito mais importantes - e muito mais difíceis de se medir e controlar - na instituição sem fins lucrativos do que na empresa".

As organizações da sociedade civil de interesse público assim como as demais entidades pertencentes ao terceiro setor se deparam com a cobrança cada vez maior dos financiadores que exigem que os resultados apresentados por elas sejam o mais transparente possível incluindo aí relatórios cada vez mais elaborados. Para Andrade (1999,

apud GUILHERME et. al., 2002, p. 5): no atual contexto, os financiadores dessas organizações exigem cada vez mais "disclosure" dos atos praticados, prestação de contas mais complexas, demonstrações de resultados e indicadores de performance, sempre com obrigatoriedade de a contabilidade aderir aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Segundo o pronunciamento do FASB (Financial Accounting Standard Board) nº 4, os relatórios financeiros das entidades sem fins lucrativos, para serem considerados úteis, devem:

- a) Prover informações que sejam indicativas da capacidade de continuar prestando os serviços a que as entidades se propõem;
- b) Fornecer informações sobre o ambiente, a natureza da atividade e outros assuntos que se relacionem;
- c) Informar acerca do trabalho de seus gestores e de sua capacidade de bem gerir os recursos postos à sua disposição, já que não existe o indicativo de lucratividade;
- d) Evidenciar o fluxo de recursos postos à sua disposição, visando a sua continuidade e capacidade de cumprir com suas obrigações;
- e) Informar sobre as realizações da entidade como meio de medir a eficiência de seus gestores, posto que os investidores não sendo beneficiários dos serviços e produtos por ela colocados não os conhecem a fundo, exceto por relatórios financeiros;
- f) Incluir nos demonstrativos as técnicas de apuração e alocação dos custos de serviços e os recursos que são distribuídos aos mais diversos programas e serviços postos a sua disposição;
- g) Informar como as entidades utilizam os recursos, de onde os mesmos provém e como isso afeta sua liquidez;
- h) Incluir interpretações e explicações que auxiliem no entendimento dessas informações, principalmente no que se refere à organização e suas realizações, identificando certas transações, eventos e circunstâncias que venham a afetar a organização.

As informações acima citadas são de extrema importância para que se perceba a utilidade que a contabilidade tem e como ela deve auxiliar o processo de tomada de decisão.

Outros autores ainda entendem que o importante da contabilidade não é como ela foi feita e sim as informações que se pode extrair dela. Assim diz Martins (2000, apud GUILHERME et

al., 2002, p. 5): "não se deve se preocupar em mostrar como se fez a contabilidade, mas sim em "evidenciar" como entender as demonstrações. Não interessa falar em débitos e créditos, mas sim em aumentos e diminuições de bens, direitos, obrigações, receitas e despesas. Ainda segundo Martins (2000) citado pelos mesmos autores "é muito mais importante explicar qual a diferença entre um ativo e uma despesa do que querer explicar por que caixa tem saldo denominado devedor".

2.7 Demonstrações Contábeis no terceiro setor

No Brasil o CFC editou a Norma Brasileira de Contabilidade - Técnica nº 10, a NBCT – 10, ela trata dos aspectos contábeis específicos em diversas entidades, e dedicou 5 (cinco) itens, dos 20 (vinte) a que compõem, para evidenciar os aspectos relacionados ao registro de operações e ao formato das demonstrações contábeis que melhor se aplicam a cada tipo de entidade.

O item 10.4 dessa Norma Brasileira de Contabilidade trata das fundações, o item 10.8 trata das cooperativas, o item 10.16 trata das entidades que recebem subsídios, subvenções e doações, o item 10.18 trata de entidade sindicais e associações de classe e, por ultimo o item 10.19 de forma geral trata das entidades sem fins lucrativos.

A NBC T 10.19, em seu artigo 10.19.1.1 instituiu os critérios e procedimentos de avaliação, registro de transações e eventos, bem como a estrutura das demonstrações contábeis, determinando as informações mínimas que devem ser divulgadas pelas organizações do terceiro setor.

Essa mesma norma em seu item 10.19.3.1, determina que as organizações sem fins lucrativos atendam ao que diz a NBC T 3, que trata da estrutura das demonstrações contábeis, bem como ao que diz a NBC T 6, que trata da divulgação dessas informações.

A legislação fiscal admite que as entidades sem fins lucrativos mantenham somente a escrituração de receitas e despesas, o que não condiz com os princípios fundamentais de contabilidade. Em relação a isso Olak e Nascimento (2008, p. 41) dizem que:

Inicialmente, não é possível admitir que uma organização, independente do seu porte, tenha apenas a escrituração "das receitas e despesas". Hoje, é

condição sine qua non que todas entidades, com ou sem fins lucrativos, públicas ou privadas, pequenas ou grandes, tenham contabilidade. São dois motivos básicos: transparência, relativa à prestação de contas, ao Estado e outros usuários externos, e suporte técnico para gerenciamento da organização (usuários internos).

Ao tratar das formalidades da escrituração Contábil na Resolução nº 563, de 28 de outubro de 1983, o CFC estabeleceu o seguinte: "2.1.2. A escrituração será efetuada:

- a) em idioma e moeda corrente nacionais;
- b) em forma contábil;
- c) em ordem cronológica de dias, mês e ano;
- d) com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para margens;
- e) com base em documentos de origem externa ou interna, ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Ainda de acordo com as normas emanadas pelo CFC, as demonstrações para o terceiro setor devem conter: O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e a Demonstração das Origens e aplicações de Recursos.

Olak e Nascimento (2008, p. 42) ainda enfatizam a importância que a contabilidade teve ter para os usuários: "Os procedimentos formais de escrituração devem permitir que os usuários das informações contábeis possam ter a certeza de que todos os procedimentos de registros estão de acordo com a "boa prática" contábil".

2.7.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento, normalmente no final do ano ou em um período prefixado.

Segundo Ludícibus (2008, p. 27) o balanço é constituído: "de duas colunas: a coluna do lado direito é denominada Passivo e Patrimônio Líquido. A coluna do lado esquerdo é denominada Ativo. Atribui-se o lado esquerdo ao Ativo e o direito ao Passivo e Patrimônio Líquido por mera convenção".

Nas palavras de Campiglia (1997, p. 35) o balanço patrimonial é um: "instrumento elaborado para evidenciar a situação financeira da instituição, empresa ou entidade, em determinada data, com seus elementos monetariamente expressos e tecnicamente intitulados e classificados".

Ele representa um instrumento que mostra as dimensões patrimonial, financeira e econômica de uma entidade se analisado juntamente com a demonstração do resultado. Assim diz Araujo (2005, p. 55): "São reconhecidos no balanço três aspectos importantes, quais sejam: o patrimonial, o financeiro e o econômico, principalmente quando analisado o balanço patrimonial em conjunto com a demonstração de resultado do exercício".

No terceiro setor, assim como nas empresas privadas de finalidade lucrativa. O ativo representa todas as aplicações de recursos que representam os bens e direitos da entidade e o passivo é representa as origens de recursos, ou seja, as obrigações com terceiros.

O patrimônio líquido segundo a NBC T 3. no item 3.2.2.1, c, "compreende os recursos próprios da Entidade e o seu valor é a diferença entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. [...] pode ser positivo, nulo ou negativo".

Em relação aos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais nas Entidades sem fins lucrativos. Olak e Nascimento (2008, p. 72) estabelecem parâmetros para esta questão, sem considerar as peculiaridades de cada organização:

- a avaliação a valores de saída só deve ocorrer em casos de venda, ordenada ou não, de ativos, pelo valor líquido de realização;
- as doações ativadas de materiais e outros bens permanentes devem ser avaliadas a preço de mercado à data do recebimento, por peritos legalmente habilitados;
- o custo histórico de aquisição ou construção deve ser corrigido, quando for o caso, pelas variações do poder aquisitivo da moeda;
- deve-se reconhecer a depreciação dos bens sujeitos ao desgaste físico por uso, ação da natureza ou, ainda, por obsolescência, de acordo com a vida útil econômica estimada para os mesmos;

- havendo significativas distorções entre o custo histórico corrigido e o preço de mercado, deve-se proceder a uma avaliação do patrimônio (total ou parcial) nos mesmos moldes recomendados para as empresas, atreves de laudos;
- independentemente do critério de avaliação utilizado, este deve ser divulgado em notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

2.7.2 Demonstração do Resultado do Exercício/ Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício pode ser entendida como sendo um resumo organizado onde se faz o confronto das receitas com as despesas obtendo um resultado que pode ser um lucro ou um prejuízo. Segundo Ludícibus (2008, p. 36) a demonstração do resultado do exercício é: "um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)".

Nas palavras de Olak e Nascimento (2008, p. 73) no terceiro setor essa demonstração tem por objetivo:

evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores relativas a um determinado período de tempo, denominado de "Exercício". [...] a ênfase aqui não deve ser dada ao resultado (lucro/prejuízo), como ocorre nas entidades de fins lucrativos". Obviamente, ao final, será evidenciado, igualmente, um resultado (superavitário ou deficitário), mas para a entidade sem fins lucrativos, em linhas gerais, a preocupação maior é com as atividades/projetos desenvolvidos do que com o resultado.

A palavra resultado esta intimamente ligada às entidades de finalidade lucrativa. Assim Martins (1983, apud OLAK e NASCIMENTO 2008, p. 73) faz um comentário sobre as terminologias utilizadas para melhor demonstrar as receitas e despesas segundo ele:

a palavra resultado não é tecnicamente incorreta de todo, mas carrega hoje muito sentido de resultado em termos de lucro ou prejuízo; por isso esta muito vinculada à entidade de fins lucrativos. Como não cabe falar em lucro ou prejuízo para as entidades de finalidades não lucrativas, e sim em Superávit ou Déficit.

Esse tipo de demonstração segundo a NBC T 3, no seu item 3.3.1.1, "é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade".

Araujo (2005, p. 56) fala sobre a função que essa demonstração apresenta, segundo ele: "tem-se que a Demonstração de resultado comunica qual o resultado - receitas menos custos e despesas - que uma organização obteve durante determinado período refletindo o empenho dos gestores na utilização dos recursos que lhes foram confiados".

As entidades sem fins lucrativos usam as terminologias superávit e déficit para evidenciar seus resultados positivos e negativos. Em relação a isso Olak e Nascimento (2008, p. 75) dizem que: "esta intimamente relacionado às suas finalidades que, por natureza, não tem fins lucrativos. Seria contra-senso usar-se lucro ou prejuízo para entidades que, por natureza não tem fins lucrativos".

2.7.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados/ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social

A demonstração do de lucros e prejuízos acumulados é uma é de grande utilidade porque evidencia as varias modificações que ocorrem no patrimônio líquido de uma entidade. Assim dizem Olak e Nascimento (2008, p. 75):

trata-se de uma demonstração de grande utilidade, por fornecer a movimentação ocorrida durante determinado período nas diversas contas que integram o patrimônio líquido. Em linhas gerais, essa demonstração explicara como e por que as diversas contas do patrimônio líquido modificaram-se durante o período.

Pensamento parecido tem Campiglia (1997, p. 56) sobre a utilidade da demonstração de lucros e prejuízos acumulados, segundo ele: "esta demonstração tem por finalidade evidenciar as mudanças verificadas nos elementos que compõem o patrimônio líquido [...] decorrentes da gestão de um exercício antecedente, comparadas com as do exercício subsequente [...]".

Nas entidades sem fins lucrativos esse tipo de demonstração tem por finalidade explicar as modificações ocorridas no Patrimônio Líquido Social (PLS) durante um determinado período.

Olak e Nascimento (2008, p. 75) explicam que:

normalmente integram o PLS as seguintes contas: Patrimônio Social, Reservas de Reavaliação, Subvenções e Doações Patrimoniais e Superávit ou Déficit do Exercício. Portanto, nessa demonstração há os saldos no início do período e os acréscimos/decrécimos por doações recebidas, superávit ou déficit obtido nas Demonstrações do Superávit ou Déficit do Exercício e, eventualmente, por possíveis ajustes ao Patrimônio Social.

Essas contas constituem-se como as principais contas utilizadas na estrutura do PLS das entidades do Terceiro Setor

2.7.4 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos Segundo a NBC T 3, em seu item 3.6.1, "é a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade".

De acordo com Marion (1998, apud ARAÚJO 2005, p. 58), a DOAR: "explica a variação do Capital Circulante Líquido (Capital de Giro Próprio ou Capital de Giro Líquido) ocorrida de um ano para o outro. Ajuda-nos a compreender como e por que a Posição Financeira mudou de um exercício para o outro".

Segundo o Boletim do IOB nº 31 (2001, p. 6 a DOAR: "tem a finalidade de evidenciar as mudanças na situação financeira da empresa [...]. Ainda pela análise dessa demonstração é possível tomar conhecimento sobre:

- a) política financeira da empresa, quanto às inversões em ampliações ou aplicações permanentes;
- b) recursos gerados pelas atividades próprias;
- c) recursos obtidos de fontes externas;
- d) forma de aplicação dos recursos obtidos".

De acordo com Ludicibus, Martins e Gelbke (2000, p. 337), o objetivo da DOAR é apresentar as informações de financiamento e investimento da empresa durante o exercício e evidenciar as alterações na sua posição financeira.

A DOAR no terceiro setor apresenta a origem a aplicação dos recursos da entidade. Em relação a isso Araújo (2005, p. 58) diz que: Assim, entende-se que a DOAR aplica-se às organizações do terceiro setor por apresentar a forma como foram originados e aplicados seus recursos e, ainda, poder determinar a aplicação de políticas eficazes para o uso de seus recursos, ou capital Circulante Líquido.

2.7.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa é a demonstração que mostra todos os recursos que entraram e saíram do caixa. Em relação a isso Marion (1998, p. 381) diz que essa demonstração: "indica a origem de todo o dinheiro que entrou no Caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do Caixa em determinado período, e, ainda, o resultado do Fluxo Financeiro".

Alguns autores entendem que para as entidades sem fins lucrativos é mais adequado a adoção da demonstração do fluxo de caixa em substituição a DOAR, por ela ser de mais fácil entendimento. Assim dizem a FIPECAFI e Arthur Andersen (1991, p. 84):

o entendimento do fluxo financeiro da empresa, notadamente para o usuário não familiarizado com a contabilidade, fica muito mais fácil de ser entendido através da Demonstração do Fluxo de Caixa. Por esta razão, sugere-se a substituição da DOAR pela Demonstração do Fluxo de Caixa, como meio de aprimorar a comunicação contabilidade usuário.

A Demonstração do Fluxo de Caixa pode ser elaborada de dois métodos distintos: o método direto e o método indireto:

O Método Direto - exige que se tenha em mãos o livro caixa ou a copia do razão da conta caixa, evidenciando com clareza as entradas e saídas brutas de caixa, deixando em ordem as operações de acordo com a sua natureza e reduzindo-as até se chegar ao saldo final de caixa.

O Método indireto - harmoniza-se o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações, excluindo desse lucro líquido os elementos que não afetaram o caixa do período.

A Demonstração do Fluxo de Caixa segundo Iudicibus, Martins e Gelbke (2000, p. 351), quando analisada em conjunto com as demais demonstrações contábeis possibilitam aos investidores e demais usuários que se avalie:

- 1) a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- 2) a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- 3) a liquidez, solvência, e flexibilidade financeira da empresa;
- 4) a taxa de conversão de lucro em caixa;
- 5) a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos;
- 6) o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
- 7) os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimentos e de financiamentos etc.

Sobre a utilidade da DFC para as entidades do terceiro setor Araújo (2005, p. 59) diz:

Tem-se que a elaboração da DFC pelas organizações do terceiro setor é perfeitamente viável e útil quando se considera que o conhecimento dos fluxos financeiros em uma organização permite aos gestores um planejamento financeiro, determinando, entre muitos outros aspectos, o momento de se buscarem recursos para a manutenção de suas atividades.

A manutenção das atividades é de suma importância visto que a organização passa a ter conhecimento dos caminhos certos a serem seguidos.

2.7.6 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As notas explicativas são um método de evidenciação utilizado para complementar os dados das demonstrações financeiras, elas servem apenas para complementar o que diz os demonstrativos financeiros de uma entidade.

As empresas de modo geral utilizam as notas explicativas para complementar as demonstrações contábeis. Segundo Olak e Nascimento (2008, p. 77), essas notas estão previstas na legislação e deverão, em linhas gerais, indicar:

- a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
- c) o aumento do valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores;
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Para Andrade (1991, apud OLAK e NASCIMENTO 2008, p. 77), além das notas explicativas tratadas pela legislação societária, as ESFL devem acrescentar outras informações que julgarem importantes, citando as seguintes:

- a) uma explicação sobre os seus objetivos e sobre sua condição de não visar lucros;
- b) critérios de reconhecimento das Receitas e Despesas;
- c) divulgação das doações recebidas, sua natureza, política de registro contábil e valores;
- d) divulgação das receitas de subvenção, aplicação dos recursos e valores envolvidos;
- e) criação de fundos e situação dos já existentes ; e
- f) divulgação do status da organização em relação à legislação do Imposto de Renda.

As notas explicativas evidenciam o que as demais demonstrações não mostram. Assim diz Araújo (2005, p. 59): "Incluem informações sobre as práticas contábeis não explicitadas nas outras demonstrações, mas que impactam a análise da situação econômica e financeira da organização".

2.2.7 Avaliação de Desempenho nas Entidades do Terceiro Setor

A avaliação de desempenho nas entidades do terceiro setor normalmente se dá devido à necessidade que elas têm de cumprir aquilo que foi prometido aos doadores que financiam suas atividades. Nesse sentido Campos (2003, p. 14) diz que: "é fundamental que tais entidades demonstrem para a sociedade que estão cumprindo sua missão, principalmente para aqueles que financiam suas atividades".

Alves e Slomski (2006, p. 5) apontam os problemas enfrentados pelas organizações do terceiro setor quanto da avaliação de resultados segundo eles:

[...] os resultados das referidas organizações são, em sua maioria, intangíveis e de longo prazo, sendo, portanto, difíceis de ser avaliados. Além disso, na empresa existe o lucro ou prejuízo contábil, enquanto nas entidades do terceiro setor esses resultados não são uma medida adequada de desempenho.

Os relatórios de desempenho das entidades devem ser bem planejados e bem detalhados. Os relatórios devem conter o máximo de informações úteis. Freire (2001, apud por GUILHERME et al., 2002, p. 8) aponta os passos que devem ser feitos para a qualidade dos relatórios segundo ele:

O primeiro passo para estabelecer as informações quantitativas ou qualitativas que os relatórios devem conter é analisar as formas pelas quais o desempenho da instituição pode ser avaliado; isto pode ser feito a partir da missão institucional e dos objetivos estratégicos estabelecidos pela organização. O segundo passo é a escolha dos indicadores, que podem ser entendidos como formas quantificáveis e objetivas de medir a quantidade e qualidade dos produtos, serviços e processos e, conseqüentemente, o desempenho da instituição. O terceiro passo é definir o público-alvo e a utilização esperada dos dados apresentados. É sempre importante consultar os destinatários dos relatórios para saber que tipo de informações esperam receber e de que forma preferem que sejam apresentados.

As avaliações de projetos e programas sociais das entidades do terceiro setor podem ser feitos tanto de forma quantitativa como de forma qualitativa. Existem varias formas de se classificar os tipos de avaliação de projetos e programas sociais que as organizações podem desenvolver. Adulis (2002, apud por ALVES e SLOMSKI 2005, p. 6) classifica esses tipos da seguinte forma:

- Avaliação ex-ante: ocorre antes da implementação do projeto ou programa, podendo também ser chamada de avaliação de viabilidade.
- Monitoramento: é realizado durante a implementação do projeto ou programa, objetivando a identificação de pontos fortes, deficiências e necessidades de ajustes.
- Avaliação de resultados: é realizada ao final da etapa de execução do projeto, avaliando se as metas previstas foram alcançadas e oferecendo elementos importantes para conhecer a efetividade, eficácia e eficiência do projeto ou programa.
- Avaliação de impacto: é realizada após a conclusão do projeto, analisando os possíveis impactos produzidos por ele em determinadas condições de vida da população.
- Avaliação participativa: pode ser utilizada em qualquer etapa do projeto, incorporando a perspectiva das populações beneficiadas na análise de aspectos e problemas relacionados ao planejamento, execução e resultados do projeto.
- A avaliação de desempenho é um dos fatores que podem contribuir para sobrevivência dessas entidades. Assim diz Milani Filho (2004, p. 51): "podem colaborar com a própria sobrevivência das entidades do Terceiro Setor, considerando a confiança que seus mantenedores depositam".

É de fundamental importância que as entidades do terceiro setor planejem, monitorem, e avaliem suas atividades a partir daquilo que elas desenvolvem nos seus projetos com o intuito de aumentar a sua participação junto à sociedade como também de manterem a sua sobrevivência.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados da pesquisa que se encontra organizado em quatro grupos: Perfil das Entidades, Informações sobre a Atividade, Avaliação de Inserção Social e Informações sobre Evidenciação das Informações Contábeis. Aqui foram consideradas na pesquisa as OSCIPs cadastradas no sítio eletrônico do Ministério da Justiça, sendo feita a análise dos dados tendo como referência o ano de 2010, sendo que do universo de 31 OSCIPs só foi possível analisar 7 delas que foram as únicas a apresentarem seus dados nesse ano. O que representa uma amostra de 22,6% da população. Para a análise descritiva e para os testes das hipóteses, utilizou-se o software SPSS (Statistical Package for Social Science).

3.1 Perfil das Organizações Pesquisadas.

Aqui são descritas as principais características das OSCIPs pesquisadas como: suas finalidades, suas atividades, o público alvo e os recursos humanos que compõem o quadro dessas entidades.

3.1.1 Finalidades prestadas por cada organização baseadas no estatuto de cada uma delas.

Nessa seção foram consideradas as finalidades que cada entidade apresenta no seu estatuto. O que se pode ver no quadro 3 é que as entidades visam suprir o maior número possível de áreas. Todas elas citaram as suas áreas de atuação apenas uma não especificou. Percebe-se que as áreas de cultura e arte, defesa e proteção do meio ambiente, estudos e pesquisas e assistência social – defesa social e institucional são as áreas predominantes de atuação delas sendo citadas pelo menos duas vezes no quadro. As áreas de habitação, hospitais, outros serviços em saúde, outras formas de educação e

ensino, assistência social – proteção social e outros não especificados foram citados no quadro pelo menos uma vez.

Quadro 3 - Finalidades de cada OSCIP

OSCIPs	Finalidades baseadas nos Estatutos
Congregação Holística da Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e arte; • Outras formas de Educação/Ensino; • Outras não Especificadas Anteriormente.
Fundação Sistêmica	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social – Proteção Social; • Cultura e Arte; • Defesa e Proteção do Meio Ambiente.
Fundação Alzira Alves de Brito	<ul style="list-style-type: none"> • Não especificadas
Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol	<ul style="list-style-type: none"> • Habitação; • Estudos e Pesquisas; • Defesa e Proteção do Meio Ambiente.
Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Paraíba – CEAPE - PB	<ul style="list-style-type: none"> • Microcrédito Produtivo e Orientado.
Instituto Monte Sinai de Pesquisas Medicas e Assistência a Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e pesquisas; • Assistência Social - Defesa social e Institucional.
Instituto de Assistência à Saúde – ISAS	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Social – Defesa social e Institucional; • Hospitais; • Outros Serviços em Saúde.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

A finalidade de cada OSCIP é contribuir com grupos específicos da sociedade, visto que cada grupo da sociedade possui suas próprias características e necessidades.

3.1.2 Atividades prestadas por cada organização baseadas no estatuto de cada uma delas.

Com relação às atividades prestadas pelas entidades no seu estatuto. Verifica-se que as atividades que elas desenvolvem apontam para várias áreas. Congregação Holística da Paraíba faz uso da promoção humana e social, dá apoio à aprendizagem e produz atividades artísticas e de espetáculo. A Fundação Sistêmica faz uso e adota práticas de proteção à família, faz a promoção do voluntariado e desenvolve o apoio rural e agrícola. A Fundação Alzira Alves de Brito dá apoio aos idosos. A Organização da Sociedade Civil de

Interesse Público Costa do Sol produz em suas atividades assistência para moradias, faz pesquisas em ciências físicas tecnológicas e ainda promove educação ambiental. O Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Paraíba – CEAPE – PB busca o desenvolvimento econômico de pequenos empreendedores. O Instituto Monte Sinai de Pesquisas Medicas e Assistência a Saúde desenvolve pesquisas sociais e pesquisas medicas. O Instituto de Assistência à Saúde – ISAS desenvolve o atendimento hospitalar e de emergência, faz o desenvolvimento de serviços sociais e de apoio à saúde. Ainda faz a prevenção da saúde pública. Conforme quadro 2.

Quadro 4 - Atividades Baseadas no Estatuto de cada OSCIP

OSCIPs	Atividades baseadas nos Estatutos
Congregação Holística da Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção Humana e Social; • Apoio a Aprendizagem; • Atividades Artísticas e de Espetáculos.
Fundação Sistêmica	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção a Família; • Promoção do Voluntariado; • Desenvolvimento/ apoio rural e agrícola.
Fundação Alzira Alves de Brito	<ul style="list-style-type: none"> • Amparo aos Idosos.
Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Costa do Sol	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência para Moradia; • Pesquisa em Ciências Físicas e Tecnológicas; • Educação Ambiental.
Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Paraíba – CEAPE - PB	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento Econômico.
Instituto Monte Sinai de Pesquisas Medicas e Assistência a Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas Sociais; • Pesquisa Médica.
Instituto de Assistência à Saúde – ISAS	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento Hospitalar e de Emergência; • Serviços Sociais de Apoio a Saúde; • Prevenção e Saúde Pública.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

As OSCIPs pesquisadas mostraram-se preocupadas em desenvolver suas atividades nos mais diversos grupos sociais devido às demandas que se fazem cada vez mais necessárias em algumas áreas da sociedade.

3.1.3 O público alvo que as entidades atingem

Na tabela 1 são apresentados os dados sobre o público alvo que é beneficiado pelas ações das OSCIPs pesquisadas. Observou-se que 15,8% do público alvo é composto por crianças e adolescentes; 15,8% é o numero famílias atendidas por essas instituições; 5,3% é composto por estudantes; 15,3% é o numero de idosos atingidos; 5,3% é composto por empreendedores de baixa renda; 5,3% é o numero de mulheres; 5,3 é composto por comunidades científicas; 10,5% é o numero de organizações e movimentos populares atingidos; 5,3% voltam o seu trabalho para o estatuto / diretoria; 5,3% ajudam outras ONGs e 10,5% trabalham para ajudar as comunidades locais.

TABELA 1 Público Alvo das OSCIPs

Público Alvo	Frequência	%	Acumulado %
Crianças e Adolescentes	3	15,8	15,8
Família	3	15,8	31,6
Estudantes	1	5,3	36,8
Idosos	3	15,8	52,6
Empreendedores de Baixa Renda	1	5,3	57,9
Mulheres	1	5,3	63,2
Comunidades Científicas	1	5,3	68,4
Organizações e Movimentos Populares	2	10,5	79,0
Estatuto / Diretoria	1	5,3	84,2
Outras ONGs	1	5,3	89,5
Comunidades Locais	2	10,5	100,0
Total	19	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

3.1.4 Recursos Humanos

Nessa seção, são apresentadas as características dos colaboradores que participam das atividades desenvolvidas pelas OSCIPs pesquisadas. Em relação aos colaboradores que compõem o recurso humano dessas organizações o quadro 3 descreve a composição desses recursos humanos.

A OSCIP 1, tem o seu quadro composto por 5,1% de funcionários; não possuindo estagiários remunerados, nem diretores remunerados; 5,1% é o total de pessoal ocupado assalariado; 10,1% é composto por voluntários permanentes; 28,3% é composto por

voluntários eventuais; a entidade não possui estagiários não remunerados; 38,4 é o total de pessoal ocupado não remunerado e 13,1% é composto por trabalhadores autônomos.

A OSCIP 2, possui 36% de voluntários permanentes; 36% é o total de pessoal ocupado não remunerado; 28% é o total de trabalhadores autônomos, não possuindo pessoas nas demais categorias citadas anteriormente.

Na OSCIP 3, 50% de voluntários eventuais e 50% é também de pessoal ocupado não assalariado, não possuindo pessoas nas demais categorias.

Na OSCIP 4, é formado por 50% de diretores remunerados e 50% é o total de pessoal ocupado assalariado, não possuindo pessoas nas demais categorias.

Na OSCIP 5, tem 34,8% de funcionários; 13% de estagiários remunerados; 47,8% é o total de pessoal ocupado assalariado e 4,3% é o total de trabalhadores autônomos, não possuindo pessoas nas demais categorias.

Na OSCIP 6 o quadro de pessoal é formado por 47,2% de funcionários; 1% é composto por estagiários remunerados; 48,3% é o total de pessoal ocupado assalariado; 1% é formado por voluntários eventuais; 0,5% é o numero de estagiários não remunerados; 1,5% é o total de pessoal ocupado não remunerado e 0,5% é o numero de trabalhadores autônomos, não possuindo pessoas nas demais categorias.

Na OSCIP 7, apresenta 5,6% de funcionários; 5,6% é o total de pessoal ocupado assalariado; 22,2 é numero de voluntários permanentes; 16,7% é composto de voluntários eventuais; 5,5% são os estagiários não remunerados; 44,4% é o total de pessoal ocupado não assalariado, não possuindo pessoas nas demais categorias.

Nesse quadro 5 as conclusões a que se chegam é que os cargos de pessoal ocupado assalariado juntamente com o cargo de pessoal ocupado não remunerado são os que mais se encontram presentes nas OSCIPs, sendo citados em 5 delas. Seguido desses dois cargos vem o numero de funcionários, os voluntários eventuais e os trabalhadores autônomos sendo citados em 4 delas. Depois aparece os voluntários permanentes sendo citados em 3 delas. E por ultimo vem os cargos de estagiários remunerados e os de estagiários não remunerados aparecendo em 2 delas. Considerando a finalidade a que essas organizações se propõem esses resultados aportam uma situação preocupante, pois o número de pessoas envolvidas nas OSCIP pesquisadas no geral é muito baixo. Vale destacar a baixa participação de voluntários permanentes, pois, um dos intuitos do terceiro setor é a promoção do voluntariado, mas, por outro lado o numero de voluntários eventuais

se mostrou mais favorável o que significa que as pessoas participam das ações dessas organizações, mesmo, que essa participação seja em períodos curtos ou em datas específicas do ano.

Quadro 5 - Recursos Humanos

Colaboradores	OSCIP 1		OSCIP 2		OSCIP 3		OSCIP 4		OSCIP 5		OSCIP 6		OSCIP 7	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Funcionários	5	5,1	–	–	–	–	–	–	16	34,8	92	47,2	2	5,6
Estagiários Remunerados	–	–	–	–	–	–	–	–	6	13,0	2	1,0	–	–
OSCIP - Diretores Remunerados	–	–	–	–	–	–	1	50	–	–	–	–	–	–
Total de Pessoal Ocupado Assalariado	5	5,1	–	–	–	–	1	50	22	47,8	94	48,3	2	5,6
Voluntários Permanentes	10	10,1	9	36	–	–	–	–	–	–	–	–	8	22,2
Voluntários Eventuais	28	28,3	–	–	20	50	–	–	–	–	2	1,0	6	16,7
Estagiários não Remunerados	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	0,5	2	5,5
Total de Pessoal Ocupado Não Remunerado	38	38,4	9	36	20	50	–	–	–	–	3	1,5	16	44,4
Trabalhadores Autônomos	13	13,1	7	28	–	–	–	–	2	4,3	1	0,5	–	–
Total	99	100,00	25	100	40	100	2	100	46	100	195	100	36	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

Congregação Holística da Paraíba	OSCIP 1
Fundação Sistêmica	OSCIP 2
Fundação Alzira Alves de Brito	OSCIP 3
Organização da Sociedade Civil I de Interesse Público Costa do Sol	OSCIP 4
Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores do Estado da Paraíba - CEAPE - PB	OSCIP 5
Instituto Monte Sinai de Pesquisas Médicas e Assistência a Saúde	OSCIP 6
Instituto de Assistência a Saúde	OSCIP 7

3.1.5 Títulos no âmbito Federal, Estadual, Municipal.

A pesquisa também abordou os dados referentes aos títulos que as entidades do terceiro setor podem obter nas esferas municipal, estadual e federal. A tabela 2 trata especificamente dos títulos, qualificações e certificações que as entidades podem possuir para exercerem suas atividades. Esses títulos que são concedidos às entidades do terceiro setor servem para diferenciá-las dos demais tipos de entidades sem fins lucrativos. Como a pesquisa se deu nas OSCIPs cadastradas no sítio eletrônico do ministério da justiça pela análise da tabela abaixo, 100% delas possuem esse título. Observou-se também que 85,7% possuem Título de Utilidade Pública Estadual; 71,4% possuem Título de Utilidade Pública Municipal; 85,7% têm Registro no Conselho Estadual de Assistência Social como também 85,7% têm Registro no Conselho Municipal de Assistência Social. Contudo, verificou-se que as Entidades pesquisadas não possuem os Título de Utilidade Pública e Federal; Atestado de Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social; Qualificação como organização social - OS; Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social; Condição de Entidade de Apoio. E ainda 100% delas não possuem Registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais.

TABELA 2 Título/Qualificação/Certificação

Título/Qualificação/Certificação	Frequência		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Título de Utilidade Pública e Federal (Lei nº 91/35) - UPF	0	7	0	100
Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº 9.790/98) - OSCIP	7	0	100	0
Atestado de Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social (Lei nº 8.742/93)	0	7	0	100
Qualificação como Organização Social (Lei nº 9.637/98) - OS	0	7	0	100
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Lei nº 8.742/93)	0	7	0	100
Condição de Entidade de Apoio (Lei nº 8.958/94)	0	7	0	100
Registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (Dec. nº 99.274) - CNEA	0	7	0	100
Título de Utilidade Pública Estadual	1	6	14,3	85,7
Título de Utilidade Pública Municipal	2	5	28,6	71,4
Registro no Conselho Estadual de Assistência Social	1	6	14,3	85,7
Registro no Conselho Municipal de Assistência Social	1	6	14,3	85,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

3.2 Informações sobre atividade

Aqui serão apresentadas as seções que tratam da área de abrangência de atuação das OSCIPs, parcerias e convênios, fontes de recursos, questionário que trata da parte legal da entidade como também questionários sobre a inserção social.

3.2.1 Área de abrangência de atuação das entidades

As entidades do terceiro setor atuam de diversas formas e atingem muitas das vezes áreas específicas de cada região. O gráfico 1 logo abaixo mostra a área de abrangência das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público pesquisadas e apresenta os seguintes resultados: 57,1% delas atuam no âmbito municipal e 42,9% atuam no âmbito estadual.

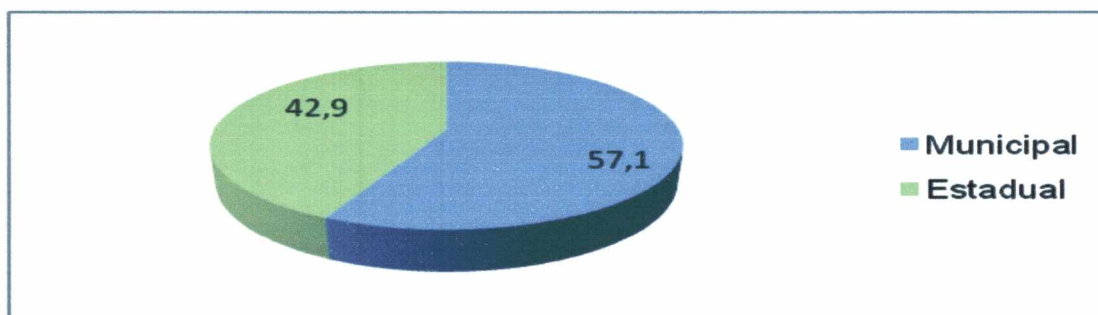


GRÁFICO 1 – Área de Abrangência das OSCIPs
Fonte: Dados da pesquisa, 2011

3.2.2 Zona de Operação

Para saber a zona de operação das entidades pesquisadas foi desenvolvido o gráfico 2 que apresenta os seguintes resultados: 28,6% dessas organizações atuam na zona urbana;

57,1% atuam na zona rural e urbana respectivamente e 14,3% não especificaram a sua zona de operação.

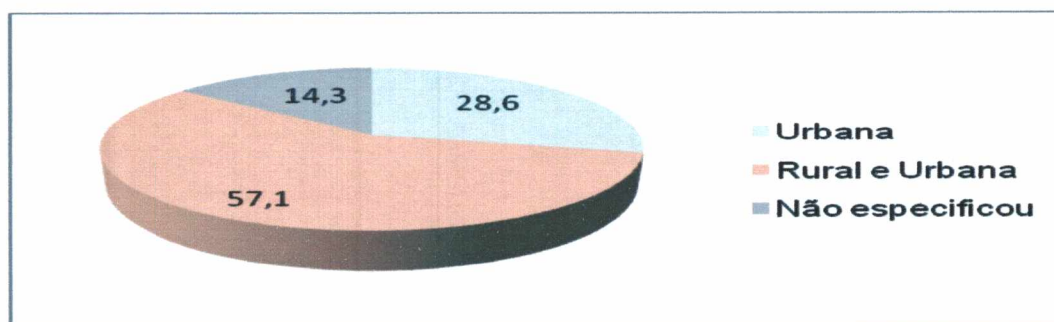


GRÁFICO 2 - Zona de Operação das OSCIPs
Fonte: Dados da pesquisa, 2011

3.2.3 Parcerias e Convênios

Esta seção apresenta as parcerias e convênios que as OSCIPs possuem com os poderes Públicos. A parceria entre os agentes governamentais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público podem ser um fator de grande importância para o desenvolvimento de projetos, programas e de políticas voltadas ao interesse público. Essa parceria normalmente se dá através do Termo de Parceria que segundo art. 3º da Lei nº 9.790/99. O Termo de Parceria é uma prerrogativa das entidades de Terceiro Setor que são certificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público –OSCIP. Este Termo de Parceria permite uma maior flexibilidade no vínculo de parceria existente entre o governo e as OSCIP, pois é destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público. O gráfico 3 logo abaixo mostra as parcerias e convênios públicos das entidades pesquisadas. Pode-se observar que 28,6% das entidades pesquisadas firmaram algum tipo de parceria com o Estado. A maioria 71,4% não estão fazendo uso desse direito. Ressalta-se, entretanto, que as OSCIP que não firmam Termo de Parceria com os agentes governamentais não estão utilizando esse instrumento como uma vantagem que lhe é peculiar.

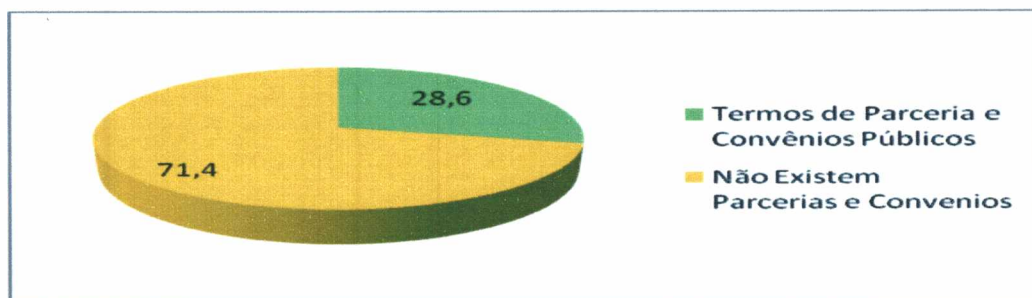


GRÁFICO 3 – Parcerias e Convênios

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

3.2.4 Fonte de Recursos

Foi pesquisado, nessa seção as origens de recursos que cada organização possui. A OSCIP 1, obtém 60,6% dos seus recursos de fonte privada e 33,4% dos seus recursos é de origem pública, 3,8% de fonte privada (recursos de doações eventuais) e apenas 2% é própria.

A OSCIP 2 possui mais recursos de fonte privada sendo 38,4% decorrentes da prestação de serviços da entidade; 34,9% é de recursos de doações eventuais e 26,5% é de recursos decorrentes de mensalidades / doações dos membros ou associados.

A OSCIP 3, obtém 95% de seus recursos de doações eventuais e apenas 5% de suas fontes é de recursos decorrentes de mensalidades / doações dos membros ou associados.

A OSCIP 4, não divulgou suas fontes de recursos. A OSCIP 5, possui 88,7% de recursos de decorrentes da prestação de serviços da entidade e 11,3% é de origem pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas).

A OSCIP 6 100% dos seus recursos é de origem própria (recursos decorrentes da prestação de serviços da entidade). A OSCIP 7, apresenta 94,5% dos seus recursos é de doações e parcerias com empresas e entidades privadas e 5,5% é de origem própria.

Pela análise do quadro 6 observou-se que os recursos de origem privada, doações e parcerias com empresas privadas, bem como as doações eventuais se constituem como uma das principais fontes de recursos dessas organizações. Os recursos de origem própria (decorrentes da prestação de serviços da entidade e de mensalidades / doações dos

membros ou associados) também se constituem como uma das principais fontes de recursos, pois também é citado por 3 das 7 entidades. Contudo, de acordo com Albuquerque (2007) deve ser levantado o seguinte questionamento: apesar de que existem pesquisas que comprovem que contrastando com o senso comum de que essas entidades de terceiro setor sobrevivem de recursos governamentais. No caso das OSCIP essa relação deveria ser diretamente proporcional, visto que, segundo Alves (2002) a Lei N° 9.790/99 instituiu o Termo de Parceria, como um novo instrumento jurídico criado para promover o fomento e a gestão das relações de parceria, permitindo a negociação de objetivos e metas e também o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados.

Quadro 6 - Fontes de Recursos

Origem das Fontes de Recursos em Percentuais	OSCIP 1	OSCIP 2	OSCIP 3	OSCIP 4	OSCIP 5	OSCIP 6	OSCIP 7
	%	%	%	%	%	%	%
Própria (recursos decorrentes da prestação de serviços da entidade)	2	–	–	–	88,7	100	–
Própria (recursos decorrentes de mensalidades / doações dos membros ou associados)	–	26,5	5	–	–	–	5,5
Privada (recursos de doações e parcerias com empresas e entidades privadas)	60,6	38,4	–	–	–	–	94,5
Privada (recursos de doações eventuais)	3,8	34,9	95	–	–	–	–
Pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas)	33,4	–	–	–	11,3	–	–
Internacional Privada (recursos de entidades e organizações internacionais)	–	–	–	–	–	–	–
Internacional Pública (recursos de países estrangeiros, ONU, etc.)	–	–	–	–	–	–	–
Total	100	100	100	–	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

Congregação Holística da Paraíba

OSCIP 1

Fundação Sistêmica

OSCIP 2

Fundação Alzira Alves de Brito

OSCIP 3

Organização da Sociedade Civil I de Interesse Público Costa do

OSCIP 4

Sol

Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores do Estado da Paraíba - CEAPE - PB	OSCIP 5
Instituto Monte Sinai de Pesquisas Médicas e Assistência a Saúde	OSCIP 6
Instituto de Assistência a Saúde	OSCIP 7

3.2.5 Questionário de Avaliação do Ministério da Justiça

O questionário apresentado no sítio do Ministério da Justiça contem as informações que discriminam os direitos, obrigações, e responsabilidades das OSCIP que firmam termo de parceria com os agentes públicos. Logo abaixo são apresentadas as questões no quadro 7 e as análises das respostas.

Foi questionado se a entidade possui relatório patrimonial dos bens adquiridos com recursos federais por conta de termos de parceria, 14,3% delas responderam que sim; 57,1% responderam que não e 28,6% não responderam a pergunta. Isso significa que a maioria das organizações não está cumprindo o que diz a Lei 9.790/99 especificamente no art. 4º, Inciso V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Com relação a entidade participar de concursos de projetos, para os Termos de parceria firmados, evidencia-se que 14,2% responderam que sim; 42,8% responderam que não; 42,8% não responderam a pergunta. A partir do resultado, verifica-se que a maioria das entidades está descumprindo o que diz o art. 23, do Dec. 3100/99 precisamente no seu § 1º - Deverá ser dada publicidade ao concurso de projetos, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do órgão estatal responsável pelo Termo de Parceria, bem como no Portal dos Convênios a que se refere o art. 13 do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007. (Incluído pelo Decreto nº 7.568, de 2011).

No tocante a entidade publicar regulamento para licitações com os recursos públicos repassados, 14,2% das organizações responderam que sim; 42,8% responderam que não e 42,8% não responderam a pergunta. Os resultados sinalizam que a maioria não estão cumprindo o que diz a Lei nº 9.790/99 precisamente no seu art. 14 - A organização parceira

fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contados da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a construção de obras e serviços, bem como compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observado os princípios estabelecidos no Artigo 4º, inciso I, desta lei.

A entidade utilizou a modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para a utilização dos recursos repassados. Não houve resposta sim; 57,1% responderam que não e 42,8% não responderam. Isso é um fato preocupante visto que nenhuma organização respondeu sim a esse quesito. A maioria respondeu que não e outra parte nem se quer respondeu. Assim elas não cumpriram o que diz o art. 1º do Dec. Nº 5.504/05 precisamente no seu § 1º - Nas licitações realizadas com a utilização de recursos repassados nos termos do caput, para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o emprego da modalidade pregão, nos termos da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica, de acordo com cronograma a ser definido em instrução complementar.

Foi questionado se foram incluídas cláusulas de submissão expressa a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nos termos de parcerias realizados. De acordo com o questionamento 42,8% responderam que não, 14,2% responderam que sim e 42,8% não responderam a questão. Isso quer dizer que a maioria delas não estão cumprindo o Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU, precisamente na Determinação 9.2 - que determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República que orientem os órgãos e entidades da Administração Pública para que incluam nos Termos de Parceria já celebrados ou a celebrar, cláusula contendo previsão de que a OSCIP não poderá utilizar recursos públicos em gastos vedados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No tocante a entidade publicou o extrato de termo de parceria. Verifica-se que 28,6% responderam que sim; 28,6% responderam que não e 42,8% não responderam a questão. Somente 28,6% cumpriu o que determina o art. 10º do Dec. 3.100/99 precisamente no seu § 4º - O extrato do Termo de Parceria, conforme modelo constante do Anexo I deste Decreto, deverá ser publicado pelo órgão estatal parceiro no Diário Oficial, no prazo máximo de quinze dias após a sua assinatura.

A entidade realizou auditoria independente quando os objetos dos termos de parcerias envolveram recursos iguais ou maiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Não houve resposta sim a essa questão; 57,1% responderam não e 42,8% não responderam a essa questão. Neste caso só existe duas possibilidades: a OSCIP não possui Termo de parceria acima de 600.000 ou não cumprirem o Dec. 3.100/99, precisamente no seu art. 19 - A

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá realizar auditoria independente da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria, de acordo com a alínea "c", inciso VII, do art. 4º da Lei nº 9.790, de 1999, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Se elas não chegaram ao montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) não são obrigadas a seguirem o que diz a citada lei.

No que diz respeito à entidade gravou com cláusula de inalienabilidade os bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria. Não houve resposta sim a essa questão; 57,1% responderam que não e 42,8% não responderam a essa questão. Isso significa que a maioria das entidades não cumpriram o que diz Lei 9.790/99 precisamente no seu art. 15 - Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

A execução dos termos de parceria foram monitorados por comissão de avaliação, observa-se que 42,8% responderam que sim; 28,6% responderam que não e 28,6% não responderam a questão. Aqui apesar dos 42,8% terem sido sim, o restante somados dão 57,2% que não cumpriram o que diz o art. 20 do Dec. 3.100/99 precisamente em seu Parágrafo único. Competirá à comissão de avaliação monitorar a execução do Termo de Parceria.

A entidade possui certidões negativas fiscal, previdenciária (INSS) e do FGTS Com relação a entidade possui certidões negativas 71,4% responderam que sim e 28,5% não responderam a questão. O número se mostrou favorável, pois a maioria cumpriu o que diz a Lei nº 9.790/99 precisamente em seu art. 4º, inciso VII, b) que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

Quadro 7 - Questionário do Ministério da Justiça

Perguntas	Frequência			%		
	Sim	Não	N/R	Sim	Não	*N/R
1 - A entidade possui relatório patrimonial dos bens adquiridos com recursos federais por conta de termos de parceria? De acordo com o art. 4º, V da Lei 9.790/99.	1	4	2	14,3	57,1	28,6
2 - A entidade participou de concursos de projetos, para os Termos de parceria firmados? (de acordo com o art. 23, Dec. N° 3100/99) e (Recomendação 9.5 do Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU)	1	3	3	14,2	42,8	42,8
3 - A entidade publicou regulamento para licitações com os recursos públicos repassados? (de acordo com o art. 14 da Lei n° 9.790/99 e item 9.1.1 Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU)	1	3	3	14,2	42,8	42,8
4 - A entidade utilizou a modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para a utilização dos recursos repassados? (de acordo com o artigo 1º do Dec. N° 5.504/05).	-	4	3	-	57,1	42,8
5 - Foram incluídas cláusulas de submissão expressa a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nos termos de parcerias realizados? (de acordo com o art. 3º da Lei n° 8.443/92 c/c Determinação 9.2 Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU)	1	3	3	14,2	42,8	42,8
6 - A entidade publicou o extrato de termo de parceria (de acordo com o art. 10, § 4º do Dec. N° 3.100/99)	2	2	3	28,6	28,6	42,8
7 - A entidade realizou auditoria independente quando os objetos dos termos de parcerias envolveram recursos iguais ou maiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)? (de acordo com o art. 19, Dec. N° 3.100/99)		4	3		57,1	42,8
8 - A entidade gravou com cláusula de inalienabilidade os bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria? (de acordo com o art. 15 da Lei n° 9.790/99)		4	3		57,1	42,8
9 - A execução dos termos de parceria foram monitorados por comissão de avaliação (de acordo com o § único do art. 20, Dec. N° 3.100/99)	3	2	2	42,8	28,6	28,6
10 - A entidade possui certidões negativas fiscal, previdenciária (INSS) e do FGTS? (de acordo com o art. 4º, VII, 'b' da Lei n° 9.790/99)	5	-	2	71,4	-	28,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

* N/R – Não respondeu

3.3 Avaliação da Inserção Social das Entidades

Nessa seção, serão descritas como anda a inserção social dessas entidades. Dados sobre pesquisas, estudos, planejamentos, participação dos beneficiários nas atividades, a participação dos voluntários, parcerias com empresas privadas, parcerias com governos, capacitação de colaboradores, demandas do público alvo e necessidades de grupos específicos.

3.3.1 Questionário da Inserção Social da Entidade – Planejamento

Nessa sessão será feito a análise da primeira parte do questionário sobre a inserção social - planejamento. Questionário esse disponibilizado no próprio site do Ministério da Justiça e que contem varias informações sobre as praticas sociais desempenhadas por essas entidades.

O quadro 8 logo abaixo mostra as perguntas e respostas dadas pelas 7 OSCIPs pesquisadas. A primeira questão formulada do questionário é a seguinte: Para estabelecer os tipos de atividades e serviços prestados pela entidade foram realizados estudos e pesquisas, para levantar demandas e necessidades do público alvo e caracterizar o perfil dos beneficiários? 85,7% afirmaram que sim e 14,3% afirmaram que não. Isso mostra que há uma preocupação por parte da maioria das organizações em entender as necessidades dos beneficiários.

A segunda questão do questionário é a seguinte: A entidade criou espaços para que o público participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades e serviços oferecidos? 85,7% afirmaram que sim e 14,3% afirmaram que não. Para essa pergunta o questionário pediu que fosse feito uma descrição de como foi feita essa participação. Analisando todas as descrições descobriu-se que elas fazem reuniões grupais, entrevistas, reuniões mensais com as famílias dos beneficiados, reuniões com lideres locais, aplicam questionários e dão espaço para a opinião dos beneficiários.

A terceira pergunta do questionário é a seguinte: A entidade permitiu a participação do público alvo na definição e controle dos custos/ orçamentos destinados para as atividades e serviços prestados? 28,6% afirmaram que sim e 71,4% afirmaram que não. Aqui se percebe uma certa contradição com o que foi afirmado na segunda questão do questionário, pois, o

ideal seria que o público alvo participasse mais ou tivesse um maior conhecimento sobre esse controle.

A quarta questão é a seguinte: A entidade fez parcerias ou articulou redes com instancias/ instituições da comunidade em que atua, para ampliar o atendimento ao público alvo? 71,4% afirmaram que sim e 28,6% afirmaram que não. Para essa pergunta o questionário pedia que fosse feito uma descrição dessas atividades. As entidades que fizeram parceria descreveram que elas foi feitas com igrejas, com lideranças locais, com associações de moradores, com escolas municipais, com faculdades, com empresas, com comunidades associativas, com empreendedores de baixa renda, com o Ministério das Cidades, com a Caixa Econômica e com os próprios beneficiários.

A quinta questão é a seguinte: A entidade realizou ações para dar visibilidade/ denunciar os fenômenos relacionados ao público ao qual dirige suas atividades, contribuindo a mobilização e organização do público alvo (campanhas, conferencias, capacitação de lideranças, promove a conscientização acerca dos direitos e leis)? 57,1% afirmaram que sim e 42,9% afirmaram que não. As entidades que descreveram essas ações disseram que houve um fortalecimento dos coordenadores de áreas de comunidades, houve articulações com instituições ambientais, mobilização para a participação em orçamentos democráticos nos municípios, houve coleta de assinaturas para a Lei da Ficha Limpa e da lei Griô. Foram realizados eventos para a conscientização da população sobre diversas doenças que afetam a população carente como também eventos para suprir necessidades locais.

A sexta questão é a seguinte: O contato e a experiência na realização de atividades com o público alvo foram aproveitados, pela entidade, para realização e divulgação de pesquisas? 28,6% afirmaram que sim e 71,4% afirmaram que não. Aqui novamente a maioria preferiu não considerar o contato com o público alvo.

A sétima questão é a seguinte: A entidade promoveu a capacitação dos profissionais em relação à temática com a qual atuou? 71,4% afirmaram que sim e 28,6% afirmaram que não. E descreveram essa capacitação da seguinte maneira: foram feitos cursos na área de informática, formação continuada de educadores de projeto, eco educação, participação em fóruns, redes e seminários, reuniões periódicas de planejamento e avaliação com equipes de trabalho, minicursos abordando os temas tratados em projetos de gestão ambiental, treinamentos internos feitos pela própria entidade.

Quadro 8 - Inserção Social - Planejamento

Perguntas	Frequência		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Para estabelecer os tipos de atividades e serviços prestados pela entidade foram realizados estudos e pesquisas, para levantar demandas e necessidades do público alvo e caracterizar o perfil dos beneficiários?	6	1	85,7	14,3
A entidade criou espaços para que o público participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades e serviços oferecidos?	6	1	85,7	14,3
A entidade permitiu a participação do público alvo na definição e controle dos custos/ orçamentos destinados para as atividades e serviços prestados?	2	5	28,6	71,4
A entidade fez parcerias ou articulou redes com instancias/ instituições da comunidade em que atua, para ampliar o atendimento ao público alvo?	5	2	71,4	28,6
A entidade realizou ações para dar visibilidade/ denunciar os fenômenos relacionados ao público ao qual dirige suas atividades, contribuindo a mobilização e organização do público alvo (campanhas, conferencias, capacitação de lideranças, promove a conscientização acerca dos direitos e leis, etc)?	4	3	57,1	42,9
O contato e a experiência na realização de atividades com o público alvo foram aproveitados, pela entidade, para realização e divulgação de pesquisas?	2	5	28,6	71,4
A entidade promoveu a capacitação dos profissionais em relação a temática com a qual atuou?	5	2	71,4	28,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

3.3.2 Questionário da Inserção social – Avaliação de Desempenho dos Serviços

Aqui nessa sessão foi feito uma análise sobre as repostas da segunda parte do questionário que trata da inserção social – avaliação de desempenho dos serviços apresentadas no quadro 9 logo abaixo. A primeira questão foi à seguinte: A entidade estabeleceu mecanismos de avaliação dos serviços e atividades prestados? 71,4% afirmaram que sim e 28,6% afirmaram que não. As pessoas que participaram das avaliações foram: os usuários, as comunidades, os coordenadores, os parceiros, os familiares, as equipes técnicas, os parceiros, os diretores, as equipes executoras, as lideranças comunitárias, o público alvo e os beneficiários. As OSCIPs ainda descreveram os resultados obtidos dessas avaliações

segundo elas percebeu-se melhoras no atendimento ao público alvo, melhoras na execução dos projetos, melhoras na imagem da entidade junto a sociedade, necessidade de se manter financeiramente por conta própria, descoberta das principais áreas que demandam atendimento, participação maior das comunidades juntos aos gestores públicos, participação de lideranças comunitárias no processo de avaliação e implementação de projetos, busca de aprimoramento da causa social, projetos bem sucedidos servirão de base para futuros projetos, avaliações positivas.

A segunda questão foi a seguinte: A entidade participou de espaços de controle social (conselhos, fóruns, etc)? 42,9% afirmaram que sim e 57,1% afirmaram que não. As OSCIPs fizeram o relato dessas ações da seguinte forma: Aplicação do estatuto da criança e do adolescente, valorização da cultura popular, valorização da cultura popular, contribuição para a coleta de assinaturas de leis de iniciativa popular como a lei da ficha limpa, participação da entidade em aprovação de projetos, participação em oficinas para futuros projetos habitacionais de interesse social.

A terceira questão é a seguinte: As atividades e serviços realizados pela entidade atingem a população de baixa renda (renda mensal per capita de até meio salário mínimo)? 100% das entidades afirmaram que sim.

A quarta questão é a seguinte: As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas; exclusão pela pobreza e/ ou acesso às demais políticas públicas; vítimas de violência; etc)? 85,7% afirmaram que sim e 14,3% afirmaram que não. Esse quesito se mostrou bem favorável mostrando que grande parte das organizações estão voltando o seu trabalho para o bem estar das famílias.

A quinta questão é a seguinte: A entidade desenvolveu alguma política ou ação de valorização da diversidade (negros; gênero; opção sexual; portadores de necessidades especiais) entre beneficiários e/ ou colaboradores da entidade? 28,7% afirmaram que sim e 71,4% afirmaram que não. As que fizeram ações nessa área disseram que utilizarão filmes abordando o tema da diversidade, de raça, gênero e sexualidade.

Quadro 9 - Inserção Social - Avaliação de Desempenho dos Serviços

Perguntas	Frequência		%	
	Sim	Não	Sim	Não
A entidade estabeleceu mecanismos de avaliação dos serviços e atividades prestados?	5	2	71,4	28,6
A entidade participou de espaços de controle social (conselhos, fóruns, etc)?	3	4	42,9	57,1
As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem a população de baixa renda (renda mensal per capita de até meio salário mínimo)?	7	-	100	-
As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas; exclusão pela pobreza e/ ou acesso às demais políticas públicas; vítimas de violência; etc)?	6	1	85,7	14,3
A entidade desenvolveu alguma política ou ação de valorização da diversidade (negros; gênero; opção sexual; portadores de necessidades especiais) entre beneficiários e/ ou colaboradores da entidade?	2	5	28,6	71,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

3.4 Informações sobre Evidenciação das Informações Contábeis

Nessa fase da pesquisa serão apresentadas as informações ligadas à evidenciação dos demonstrativos contábeis. A análise foi realizada tomando como base os demonstrativos que foram divulgados pelas entidades no ano de 2010. A pesquisa investigou quais os demonstrativos divulgados, e quais as principais contas utilizadas. Ao se fazer a análise das demonstrações contábeis das entidades percebeu-se que elas divulgam o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do superávit ou déficit.

Do ativo os grupos de contas mais utilizados, foram o ativo circulante e a o ativo permanente. No ativo circulante as contas que mais foram utilizadas estão apresentadas no

gráfico abaixo. Assim a conta Convênios, Acordos e ajustes foi movimentada por 14,3%; a conta Valores a Receber de Terceiros apareceu em 57,1% das entidades; a conta Provisão para Devedores Duvidosos foi movimentada por 14,3%; a conta Estoques apareceu em 28,6%; a conta Despesas Antecipadas foi movimentada por 14,3% e Outras contas do Ativo Circulante foram utilizadas por 42,9% das entidades.

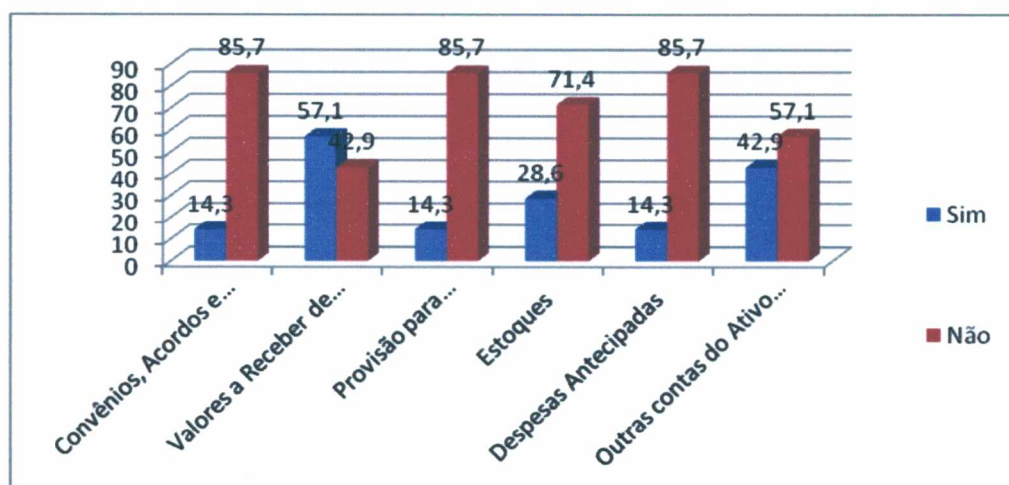


GRÁFICO 4 - Principais Contas do Ativo Circulante Utilizadas pelas OSCIPs
Fonte: Dados da pesquisa, 2011

As contas do ativo permanente que mais apareceram nos demonstrativos financeiros foram apresentadas no gráfico 5 logo abaixo. A conta do Imobilizado apareceu em 85,7%; a conta da Depreciação/Amortização Acumulada apareceu em 85,7% das entidades e o Diferido apareceu em 14,3% das OSCIPs pesquisadas.

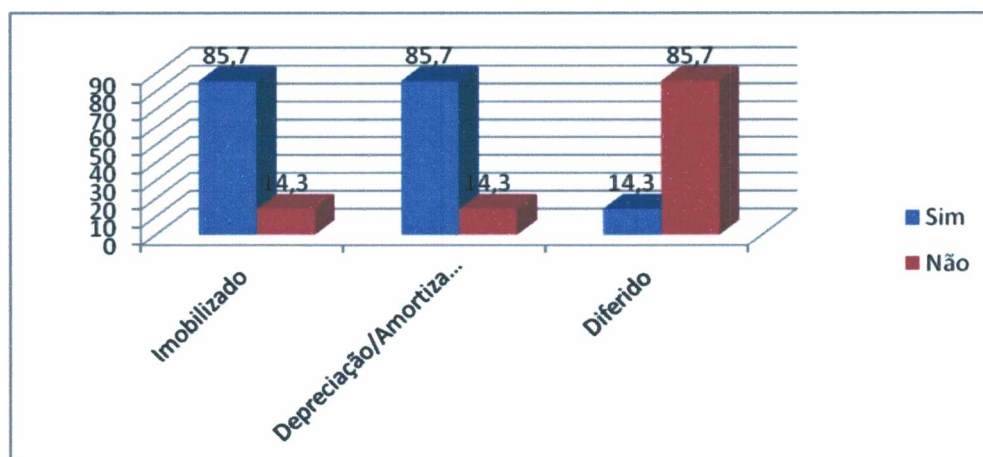


GRÁFICO 5 - Principais Contas do Ativo Permanente Utilizadas pelas OSCIPs
 Fonte: Dados da pesquisa, 2011

Em se tratando das contas do passivo as que mais evidenciadas, foram a do passivo circulante, do passivo exigível a longo prazo e a do patrimônio social líquido.

Do passivo circulante as contas que mais apareceram estão apresentadas no gráfico 6 logo abaixo. Assim a conta obrigações trabalhistas apareceu em 57,1% das entidades; a conta Obrigações Sociais foi movimentada por 28,6%; a conta prestadores de serviços apareceu em 14,3%; a conta Aluguéis a Pagar foi movimentada por 14,3%; a conta Empréstimos e Financiamentos a Pagar Curto Prazo apareceu em 14,3%; a conta Obrigações Fiscais Exceto I Renda e CSLL foi movimentada por 28,6%; a conta Adiantamentos de Projetos apareceu em 14,3% e a conta Outros Passivos Circulantes foi movimentada por 42,9% das entidades.

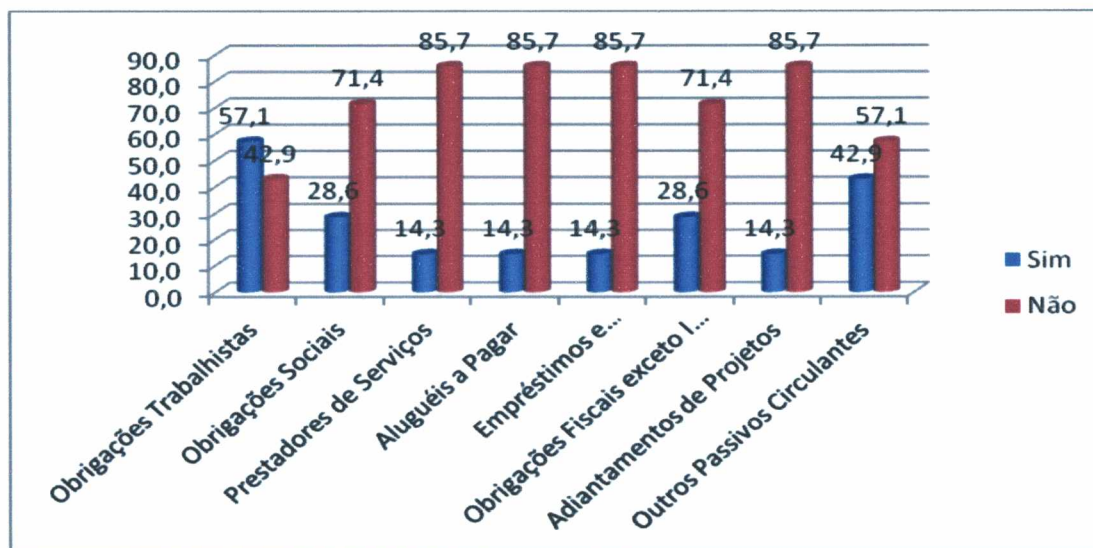


GRÁFICO - 6 Principais Contas do Passivo Circulante Utilizadas pelas OSCIPs
 Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Em se tratando das contas do passivo exigível a longo prazo a única que apareceu foi a conta empréstimos e financiamentos a pagar longo prazo. Segundo o quadro 10 logo abaixo obteve os seguintes percentuais: 14,3% possuíram esse tipo de empréstimo e 85,7% não possuíram empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Quadro 10 - Principal Conta do Passivo Exigível a Longo Prazo Utilizado pelas OSCIPs

Principal Conta do Passivo Exigível a Longo prazo Utilizado pelas OSCIPs	Frequência		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Empréstimos e Financiamentos a Pagar Longo Prazo	1	6	14,3	85,7

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

As principais contas do patrimônio social líquido utilizado pelas OSCIPs estão representadas no gráfico 7 logo abaixo. Pelos dados analisados 100% das OSCIPs apresentaram patrimônio social. As doações patrimoniais apareceram em 14,3% das entidades pesquisadas e 57,1% apresentaram superávits contra 28,6% que tiveram um déficit no ano de 2010. Aqui se percebe que a maioria das entidades teve um desempenho satisfatório. Elas conseguiram manter suas receitas maiores que suas despesas o que significa que tiveram uma boa administração em suas finanças.

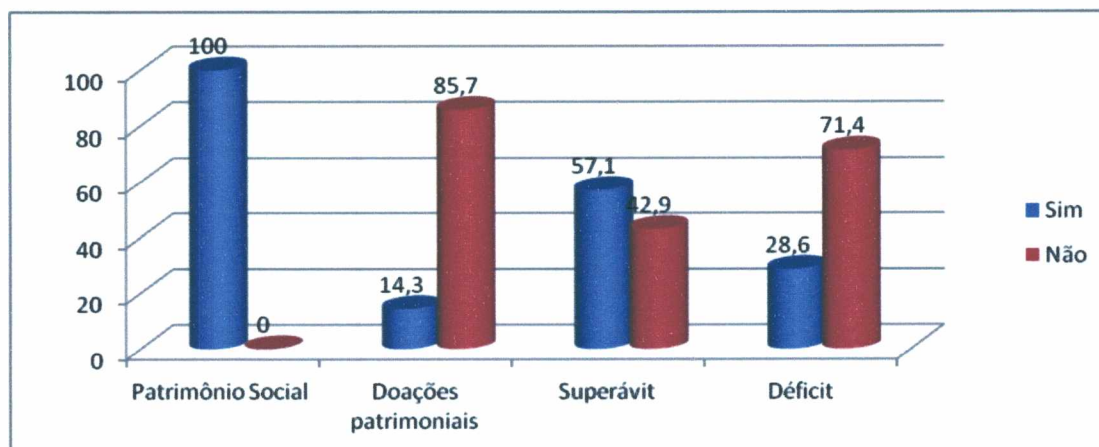


GRÁFICO 7 - Principais contas do patrimônio social líquido utilizadas pelas OSCIPs
Fonte: Dados da pesquisa, 2011

O grupo de conta da receita presente na demonstração do superávit ou déficit do exercício em sua estrutura apresenta uma única conta que é a de abatimentos e Cancelamentos. Segundo o quadro 11 logo abaixo 14,3% das entidades movimentaram essa conta ano de 2010 e 85,7% não a movimentaram.

Quadro 11 - Grupo de Conta da Receita

Grupo de Conta da Receita	Frequência		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Abatimentos e Cancelamentos	1	6	14,3	85,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

O grupo de conta da receita líquida presente na demonstração do superávit ou déficit do exercício apresenta em sua estrutura uma única conta que a de custo de serviços e produtos. Segundo o quadro 12 logo abaixo essa conta no ano de 2010 foi movimentada por 14,3% das entidades e 85,7% não a movimentaram.

Quadro 12 - Grupo de Conta da Receita Líquida

Grupo de Conta da Receita Líquida	Frequência		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Custo de serviços e Produtos	1	6	14,3	85,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

Ao se analisar o grupo de contas do superávit ou déficit do exercício presentes nessa demonstração descobriu-se que todas as contas desse grupo foram utilizadas pelas OSCIPs no de 2010, mas, não na mesma proporção. Segundo o gráfico 8 logo abaixo 100% possuíram Despesas Gerais e Administrativas; 71,4% possuíram Despesas Financeiras; 57,1% possuíram Despesas Tributárias; 28,6% possuíram Outras Despesas e 42,9% possuíram Receitas Financeiras.

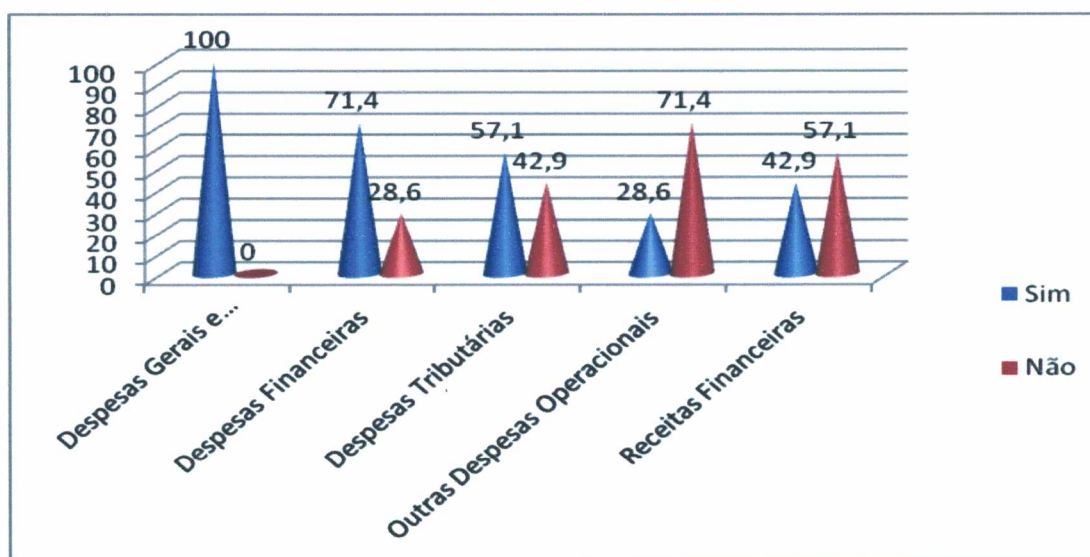


GRÁFICO 8 - Contas do Grupo do Superávit ou Déficit do Exercício

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

Na estrutura da demonstração do superávit ou déficit do exercício o grupo de contas do resultado operacional apresenta as contas de despesas não-operacionais e de receitas não-operacionais. Segundo o quadro 11 logo abaixo as despesas não-operacionais foram movimentadas por 14,3% das entidades e a conta receita não-operacionais no ano de 2010 também foram movimentadas por 14,3 das OSCIPs.

Quadro 13 - Grupo de Conta do Resultado Operacional

Grupo de Conta do Resultado Operacional	Frequência		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Despesas não-operacionais	1	6	14,3	85,7
Receitas não-operacionais	1	6	14,3	85,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho deve como objetivo analisar como estão sendo evidenciados as informações contábeis e sociais das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP do Estado Paraíba a partir do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública - CNEs Público. Para se chegar ao resultado a que se pretendia esse trabalho, foi feito um levantamento dos dados contábeis e sociais divulgados pelas OSCIPs cadastradas no site do Ministério da Justiça. Como também feito uma revisão bibliográfica de trabalhos já feitos na área do terceiro setor e que serviram de base para a concretização desse estudo. Na análise descritiva do estudo empírico, os resultados relevantes foram:

- As principais áreas de atendimento das OSCIP são áreas de cultura e arte, defesa e proteção do meio ambiente, pesquisa e assistência social e institucional. As atividades exercidas por elas atendem uma gama variada de áreas e grupos de pessoas.
- O público alvo das OSCIPs em sua maioria é composto por crianças, adolescentes, famílias, idosos, organizações, movimentos populares e comunidades locais.
- Considerando que uma das premissas do terceiro setor é a promoção do voluntariado no que diz aos recursos humanos presentes nas OSCIPs o número de voluntários eventuais é maior que o número de voluntários permanentes. Contudo, o quantitativo de voluntariado nessas organizações é menor que o esperado.
- Em relação ao número de títulos qualificações e certificações todas as entidades possuem qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Sendo irrelevante o número de entidades que possuem outros títulos, qualificações e certificações. Em se tratando da área de atuação das entidades a maioria tem sua participação no âmbito municipal. Quanto à zona de atuação das entidades a grande maioria atua ao mesmo tempo tanto na zona rural como na zona urbana.
- Percebeu-se que a maioria não possui nenhum termo de parceria com os agentes governamentais, deixando de fazer uso de um diferencial no terceiro setor, que é o termo de parceria.

- As principais fontes de recursos das entidades são constituídas por doações e parcerias com empresas privadas, doações de membros, doações eventuais, e recursos de origem própria provenientes da prestação de serviços.
- O que merece destaque na primeira parte do questionário da inserção social é a participação do público alvo nas ações das entidades. A pesquisa apontou que há uma grande participação dos beneficiários quando se tratam de planejamento, execução e avaliação das atividades, mas quando essa participação se dá em cima do planejamento de custos e participação em orçamentos o mesmo não se repete.
- Segundo o que responderam as entidades na segunda parte do questionário da inserção social percebeu-se que todas direcionam suas atividades principalmente a população de baixa renda (renda mensal per capita de até meio salário mínimo).

Em relação à evidenciação dos demonstrativos contábeis a pesquisa apontou que, as entidades pesquisadas divulgam o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do superávit ou déficit do exercício. Sendo que do ativo os principais grupos de contas utilizados são o ativo circulante e o ativo permanente. Do lado do passivo as principais contas utilizadas foram a do passivo circulante, do passivo exigível a longo prazo e a do patrimônio social líquido. Em relação à demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício os principais grupos de conta utilizados foram o da receita, da receita líquida e do superávit ou déficit exercício.

De um universo de 31 OSCIP cadastradas no Ministério da Justiça só foi possível analisar 7 entidades, pois foram as únicas que divulgaram suas informações no ano de 2010. Aqui é um fato de extrema preocupação, pois, 24 entidades (OSCIP) não divulgaram suas informações no último ano. Foi questionado ao Ministério da Justiça a irregularidade das informações (dados desconstruídas anos de divulgação diferentes umas das outras) das informações prestadas no CNE Público por e-mail. Contudo, não houve resposta do mesmo. O que se pode supor é que não está havendo fiscalização por parte do Ministério da Justiça e que as OSCIP não estão cumprindo o requisito básico da sua certificação que é uma Organização de Interesse Público, ela deveria divulgar, ou seja, tornar público, dar publicidade as informações Contábeis e Sociais produzidas pelas organizações. Portanto, através deste estudo, pode-se sinalizar a falta de utilização efetiva da Contabilidade enquanto instrumento essencial de evidenciação e prestação de contas para os usuários das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, embora essas organizações sejam obrigadas elaborar e dar publicidade de suas informações contábeis.

REFERÊNCIAS

ADULIS, Dalberto. **Como planejar a avaliação de um projeto social**. 2002. Disponível em: <http://www.rits.org.br/acervo/acervo_pesquisa.cfm>. Acessado em 23 set. 2011.

ADULIS, Dalberto; FISCHER, Rosa Maria. **Exclusão social na Amazônia legal: a experiência das organizações da sociedade civil**. Revista de Administração. São Paulo, USP, v.33, n.1, p. 20-33, jan./mar. 1998.

ALVES, Cássia Vanessa Olak; SLOMSKI, Valmor. **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Termos de Parceria: um estudo sobre o processo de avaliação de resultados dos projetos sociais desenvolvidos com recursos governamentais no Brasil**. In: 6º CONGRESSO USP, São Paulo: 2006.

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro Setor: as origens do conceito**. In: Congresso ANPAD, 2002.

ANDRADE, Guy Almeida. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos**. Cursos sobre Temas Contábeis. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, 1991, v.4.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como Preparar Trabalhos Para Cursos de Pós-Graduação: noções práticas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSIS, Marcio Sanches de; MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. **Transparência nas Entidades do Terceiro Setor: A Demonstração do Resultado Econômico como Instrumento de Mensuração de Desempenho**. 6º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA. São Paulo, 2006.

BOLETIM IOB. **Um estudo mais detalhado sobre a elaboração da DOAR**. Caderno Temática Contábil e Balanços. São Paulo: IOB, 2001.

BUZBY, Stephen. L. **The nature of adequate disclosure**. McCullers. New York 1982 p. 652.

CABRAL, Eloisa Helena de Sousa. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. **Introdução à hermenêutica das demonstrações contábeis**, São Paulo: Atlas, 1997.

CAMPOS, Gabriel Moreira. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Célia et al. **Evidenciação Contábil em Entidades Sem fins Lucrativos**. In: XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. Goiânia: CFC, 2000.

CARDOSO, Ruth. **Fortalecimento da sociedade civil**. In: IOSCHPE, Evely Berg (ORG.). **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, Marly (Org.) et al. **Gestão Social: estratégias e Parcerias**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CRUZ, Célia. **Ética e Transparência: Duas importantes ferramentas na captação de recursos**. Revista Filantropia. São Paulo, julho/agosto de 2002. Disponível em: <http://www.idis.org.br/sobre-o-idis/sala-de-imprensa/idis-na-midia/2002/etica-e-transparencia-duas-importantes-ferramentas-na-captacao-de-recursos> Acessado em 14 de Abr. 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002 - 5ª ed.

CUNHA, Lucia Maria Bludeni (Org) et al. **Cartilha Terceiro Setor**. São Paulo: Comissão de Direito do Terceiro Setor - OAB/SP, 2007

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
DRUCKER, Peter F. **A Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1997.

FALCAO, Joaquim; CUENCA, Carlos. **Mudança social e reforma legal: estudos para uma nova legislação do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária, 1999. (Serie Marco Legal.)

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor. Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Rubem César. **Privado Porém Público**. Relume Dumará, 1994, p. 127. Citado in: ALVES, Mario de Aquino, op. Cit.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Friburgo, 1999.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. **Statement of financial accounting concepts no. 4 - Objectives or Financial Reporting by Nonbusiness 115 Organizations**. Financial Accounting Standards Board. December 1980. Disponível em: <http://www.fasb.org/pdf/con4.pdf>. Acesso em 12 set. 2011.

FIPECAFI; ARTHUR ANDERSEN. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1991.

FISCHER, R. M. Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração**, São Paulo: FEA/USP, v. 40, n. 1, jan./mar. 2005.

FONSECA, Gislaine Moraes da; MOORI; Roberto Giro; ALVES, Mário Aquino. **Processo de Gestão de Relacionamento nas Organizações do Terceiro Setor**. Anais do VIII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais - SIMPOI - FVG-EAESP, 2005.

FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na era da Globalização**. São Paulo: Atlas, 1999
FREIRE, Patrícia. **Relatórios Gerencias**. Disponível em: www.rits.org.br. São Paulo. p. 1-2, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUILHERME, Hipônio Fortes et al. **Uma Contribuição a Contabilidade das Entidades Sem Fins Lucrativos Não Governamentais**. In: CONGRESSO USP, 2002.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____ et al. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: Atlas, 1998.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 9º ed. São Paulo: Atlas, 2008

KISIL, Marcos. **Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária.** In: IOSCHPE, Evelyn et. al. (orgs.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JEREMIAS, Cristiane; BEUREN, Ilse Maria. **Contabilização dos Recursos Econômico-Financeiros em Entidades Sem Fins Lucrativos Não Governamentais.** In XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. Goiânia, 2000.

LOPES, Jorge. **O Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas.** 1. ed. Recife: Editora Universitária, 2006.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** São Paulo: Malheiros, 1994

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** São Paulo: Atlas, 1998.

MELO, Cavalcante carvalho de. **Indicadores de Desempenho Como Instrumento de Gestão das Entidades do Terceiro Setor.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa Multiinstitucional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UNB, UFPB, UFRN, 2008.

MELO, Vanessa Paternostro et al. **Diversidades e Confluências no Campo do Terceiro Setor: Um Estudo de Organizações Baianas.** In: Congresso ANPAD, 2003

MENDONÇA, Luciana Rocha; FILHO, Claudio Antonio Pinheiro Machado. **Governança nas Organizações do terceiro setor - Considerações Teóricas.** In: Congresso ANPAD, 2004.

MEREGE, Luiz Carlos. **O papel do 3º setor na estrutura de uma nova sociedade.** Artigo publicado em material do curso Administração para Organizações Não Lucrativas, GVpec, da EAESP-FGV. São Paulo, 2º semestre de 1999.

MILANI FILHO, Marco Antonio Ferreira. **A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho.** Dissertação (Mestrado em Ciências 10 Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. **Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidência contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 1996.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade Para Entidades Sem Fins Lucrativos: terceiro setor.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PACE, Eduardo Sergio Ulrich; BASSO, Leonardo Cruz; SILVA, Roseli da. **O Uso de Indicadores de Desempenho Pelo Terceiro Setor**. In: Congresso ANPAD, 2004

PETRI, Nelson. **A Lei 4.320/64 e os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos**. 1981. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEA/USP.

PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, LUIZ A. Silva; CORREA, Maria Laetitia (Orgs.). **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Conselho da Comunidade Solidária. **Organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP: a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor**. 2. ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2001.

PRESTES, Maria L. de Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: do planejamento aos textos, da escola a academia**. 1. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

_____. **Resolução CFC nº 686**, de 09 de Maio de 2005. Aprova a NBC-T 19.4 - Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001026>. Acesso em: 11 set. 2011.

ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. **Terceiro Setor**. São Paulo: Malheiros, 2003. (Coleção Temas de Direito Administrativo.)

SCHARF, Regina; MALTA, Christiane Bueno. **ONGs passam a adotar gestão empresarial**. Gazeta Mercantil, 15 mar. 2011.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: temas polêmicos**. São Paulo: Petrópolis, 2004. v.1.

SOUZA, A. C.; FIALHO, F. A. P.; OTANI, N. **TCC Métodos e Técnicas**. 1ª Ed. Florianópolis: Visualbooks, 2007.

VILANOVA, Regina Célia Nascimento. **Contribuição à elaboração de um modelo de apuração de resultado aplicado às organizações do terceiro setor: uma abordagem da gestão econômica**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2002.

ANEXOS

ANEXO A - Questionário do Ministério da Justiça

Questionário OSCIP

1 - A entidade possui relatório patrimonial dos bens adquiridos com recursos federais por conta de termos de parceria? (de acordo com o art 4º, V da Lei 9.790/99);

2 - A entidade participou de concursos de projetos, para os Termos de Parceria firmados? (de acordo com o art. 23, Dec. nº3100/99) e (Recomendação 9.5 do Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU)

3 - A entidade publicou regulamento para licitações com os recursos públicos repassados? (de acordo com o art. 14 da Lei nº 9790/99 e item 9.1.1 Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU);

4 - A entidade utilizou a modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para utilização dos recursos repassados? (de acordo com o artigo 1º do Dec. nº 5.504/05);

5 - Foram incluídas cláusulas de submissão expressa a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nos termos de parcerias realizados? (de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.443/92 c/c Determinação 9.2 Acórdão 1.777/2005 Plenário/TCU)

6 - A entidade publicou o extrato de termo de parceria (de acordo com o art. 10, § 4º do Dec. nº 3.100/99) e de sua execução física e financeira, na imprensa oficial da área de abrangência? (de acordo com o art. 18, Dec nº 3.100/99)

7 - A entidade realizou auditoria independente quando os objetos dos termos de parcerias envolveram recursos iguais ou maiores a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)? (de acordo com o art. 19, Dec. nº 3.100/99)

8 - A entidade gravou com cláusula de inalienabilidade os bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria? (de acordo com o art. 15 da Lei nº 9.790/99)

9 - A execução dos Termos de Parcerias foram monitorados por comissão de avaliação (de acordo com o § único do art. 20, Dec. nº 3.100/99)

10 - A entidade possui certidões negativas fiscal, previdenciária (INSS) e do FGTS? (de acordo com o art 4º, VII, 'b' da Lei nº 9.790/99).

ANEXO B - QUESTIONARIOS DA INSERÇÃO SOCIAL

Questionário de Avaliação da Inserção Social

Levando em consideração a relação de representatividade da entidade com o beneficiário de suas atividades, serviços e projetos, responda os seguintes itens:

Para estabelecer os tipos de atividades e serviços prestados pela entidade foram realizados estudos e pesquisas, para levantar demandas e necessidades do público alvo e caracterizar o perfil dos beneficiários?

A entidade criou espaços para que o público alvo participasse do planejamento, execução e avaliação das atividades e serviços oferecidos ?

Descrição de como se deu a participação dos beneficiários.

A entidade permitiu a participação do público alvo na definição e controle dos custos/ orçamentos destinados para as atividades e serviços prestados?

A entidade fez parcerias ou articulou redes com instâncias/ instituições da comunidade em que atua, para ampliar o atendimento ao público alvo?

Descrição das parcerias e/ ou redes articuladas:

A entidade realizou ações para dar visibilidade/ denunciar os fenômenos relacionados ao público ao qual dirige suas atividades, contribuindo a mobilização e organização do público alvo (campanhas, conferências, capacitação de lideranças, promove a conscientização acerca dos direitos e leis, etc)?

Descrição das ações realizadas.

O contato e a experiência na realização de atividades com o público alvo foram aproveitados, pela entidade, para realização e divulgação de pesquisas?

Relação das pesquisas e publicações realizadas pela entidade:

A entidade promoveu a capacitação dos profissionais em relação a temática com a qual atuou?

Como se deu essa capacitação:

Questionário de Avaliação da Inserção Social

Avaliação

A entidade estabeleceu mecanismos de avaliação dos serviços e atividades prestados?

Participou das avaliações:

Outros:

Resultados obtidos na avaliação:

Em relação a contribuição da entidade para a ampliação da democracia e fortalecimento da cidadania:

A entidade participou de espaços de controle social (conselhos, foruns, etc) ?

Quais? Relato dos resultados e impactos para o processo de formulação de políticas públicas e para garantia e ampliação de direitos, conquistados com a contribuição da atuação da entidade:

Em relação aos beneficiários das atividades:

As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem a população de baixa renda (renda mensal per capita de até meio salário mínimo) ?

As atividades e serviços realizados pela entidade, atingem beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou de risco social (famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas; exclusão pela pobreza e/ ou acesso às demais políticas públicas; vítimas de violência; etc)?

A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade (negros; gênero; opção sexual; portadores de necessidades especiais) entre beneficiários e/ ou colaboradores

da entidade?

Ações ou políticas realizadas:

ANEXO C – MODELOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial

ATIVO CIRCULANTE	
Disponível	
Contas Vinculadas	
Convênios, Acordos e Ajustes	
Valores a Receber de Terceiros	
Adiantamento a Empregados	
Outras Contas e Títulos a Receber	
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	
Estoques	
Despesas Antecipadas	
Outras Contas do Ativo Circulante	
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
Valores a Receber a Longo Prazo	
TOTAL ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
ATIVO PERMANENTE	
Investimentos	
Imobilizado	
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	
Diferido	
Outros Ativos Permanentes	
TOTAL ATIVO PERMANENTE	
TOTAL ATIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	
Fornecedores	
Obrigações Trabalhistas	
Obrigações Sociais	
Prestadores de Serviços	
Aluguéis a Pagar	
Adiantamento de Clientes	
Empréstimos e Financiamentos a Pagar CP	

Obrigações Fiscais Exceto IRenda e CSLL	
Convênios Públicos (Saldo)	
Adiantamento de Projetos	
Subvenções Públicas (Saldo)	
Recursos de Leis de incentivo Fiscal	
(-) Recursos de Leis de Incentivo Fiscal Utilizados	
Provisão para IRenda e CSLL	
Sentenças Judiciais Trabalhistas a Pagar	
Sentenças Judiciais a Pagar - Exceto Trabalhista	
Outros Passivos Circulantes	
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Empréstimos e Financiamentos a Pagar a Longo Prazo	
Contas a Pagar	
Aluguéis Antecipados	
Outros Passivos Exigíveis a Longo Prazo	
TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	
Resultado de Exercícios Futuros	
TOTAL RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	
PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	
Patrimônio Social (Fundo Patrimonial)	
Doações Patrimoniais	
Reservas Constituídas	
Superávit(s) dos(s) exercício(s)	
Déficit(s) do(s) exercício(s)	
Outras Contas do Patrimônio Social	
TOTAL PATRIMÔNIO	
TOTAL PASSIVO	

Demonstrativo do Resultado do Exercício

RECEITA	
RECEITA OPERACIONAL	
Prestação de Serviços (Exceto Saúde/Educação)	
Recursos - Subvenções Públicas	
Recursos - Contribuições Públicas	
Recursos - Convênios Públicos	
Recursos - Auxílios Públicos	
Recursos - Termo de Parceria	

Doações e Contribuições para Custeio	
Receita de Convênios de Saúde Privados	
Prest. Serviços de Saúde não Conveniados	
SUS - Sistema Único de Saúde	
Inscrições de Cursos e Vestibulares	
Serviços Educacionais	
Taxa, Mensalidades e Contribuições	
Contribuição de Empresas Mantenedoras	
Doações, Campanhas e Patrocínios	
Recusos Internacionais	
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	
(-) Bolsas de Estudo Concedidas	
(-) Atendimento Gratuito	
(-) Descontos Comerciais Concedidos	
(-) PIS sobre Receitas	
(-) COFINS sobre Receitas	
(-) ICMS sobre Vendas	
(-) ISS sobre Serviços	
(-) Vendas Canceladas	
(-) Outras Deduções	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	
Outras Receitas Operacionais	
RECEITAS FINANCEIRAS PATRIMONIAIS	
Descontos Obtidos	
Renda de Aluguéis e Arrendamentos	
Rendimentos de Títulos e Aplicações no Mercado Financeiro	
(-) Impostos s/ aplicações Financeiras	
Outras Receitas Financeiras	
Receitas Não-Operacionais	
Venda de Ativo Permanente	
Doações receb. em bens ou mercadorias	
Outras Receitas Não-Operacionais	
Outras Receitas	
Outras receitas não classificadas anteriormente	
TOTAL RECEITAS	

DESPESAS**DESPESAS COM PESSOAL**

Salários de Funcionários (c/ vínculo empregatício)

Encargos Sociais com Pessoal

Despesas Diversas com Pessoal	
Remuneração de Dirigentes	
Encargos Sociais com Dirigentes	
Outros Encargos Sociais Compulsórios	
Outras Despesas com Pessoal	
SERVIÇOS CONTRATADOS	
Recursos Humanos Externos - Pessoa Física	
Recursos Humanos Externos - Pessoa Jurídica	
INSS sobre Serviços Prestados por Terceiros	
Outras Despesas com Serviços Contratados	
CUSTOS DE PROJETOS	
Custos de Projetos	
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
Água, Gás e Energia Elétrica	
Aluguéis Pagos	
Despesas com Veículos	
Diárias e Viagens	
Hospedagem	
Passagens Aéreas/Rodoviárias	
Telefone, Fax e Outras Despesas com Comunicações	
Publicações Técnicas	
Serviços Técnicos e Especializados	
Despesas com Informática	
Prêmios de Seguros Contratados	
Despesas com Atividades Sociais e Culturais	
Outras Despesas Administrativas	
DESPESAS COM BOLSAS DE ESTUDOS A TERCEIROS	
Ensino Fundamental	
Curso Superior	
Estagiários	
Mestrados, Doutorados e Pós-Doutorados	
Outras despesas com Bolsas de Estudo	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES (não lançados em receitas)	
Impostos Federais	
Impostos Estaduais	
Impostos Municipais	
CPMF	
COFINS	
IOF	
Outros Tributos, Taxas e Contribuições	
DESPESAS BENEFICENTES	

Doação de Alimentos	
Doação de Roupas e Agasalhos	
Doação de Medicamentos	
Outras Despesas Beneficentes	
DESPESAS FINANCEIRAS	
Descontos Concedidos	
Despesas Bancárias	
Outras Despesas Financeiras	
Despesas com Depreciação	
Despesas com Amortização	
Despesas com Leasing	
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) Recuperação de Despesas	
Outras despesas Operacionais	
DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS	
Custo de Ativo Permanente Vendido	
Custo de Ativo Permanente Baixado	
Outras Despesas Não Operacionais	
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	
Participações e Contribuições	
OUTRAS DESPESAS E CUSTOS	
Outras Despesas Não Classificadas Anteriormente	
PROVISÕES CONSTITUÍDAS	
Provisão para Imposto de Renda e CSLL	
Outras Provisões Constituídas	
TOTAL DE DESPESAS	

Demonstrativo do Superávit ou Déficit

RECEITA	
(-) Imposto Sobre a Receita	
(-) Abatimentos e Cancelamentos	
RECEITA LÍQUIDA	
(-) Custo de Serviços e Produtos	
SUPERÁVIT OU DÉFICIT BRUTO	
(-) Despesas Gerais e Administrativas	
(-) Despesas Financeiras	
(-) Despesas Tributárias	
(-) Outras Despesas Operacionais	
Receitas Financeiras	

RESULTADO OPERACIONAL	
(-) Despesas Não-Operacionais	
Receitas Não-Operacionais	
RESULTADOS DO EXERCÍCIO ANTES DE IRenda E CSLL	
(-) Provisão para IRenda e CSLL	
RESULTADOS DO EXERCÍCIO DEPOIS DE IRenda E CSLL	
(-) Participações e Contribuições	
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	